

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL - 19.101

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Legislação Atualizada e Síntese das Competências

A Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF tem sua estrutura definida pelas disposições constantes nos Decretos 36.879, de 17 de novembro de 2015, 37.187, de 15 de março de 2016, e 37.401, de 13 de junho de 2016.

Compete à SEF, conforme disposto no Decreto nº 35.565, de 25/06/2014, que aprova o seu Regimento Interno, promover a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira distrital; supervisionar, coordenar e executar a política tributária do Distrito Federal, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização; administrar as dívidas públicas interna e externa do Distrito Federal; executar as operações de crédito do Distrito Federal; elaborar estudos voltados para o acompanhamento da conjuntura econômico-financeira e de natureza tributária do Distrito Federal; supervisionar as atividades do Banco de Brasília S/A – BRB e executar outras atividades inerentes ao seu campo de atuação e as que lhe forem delegadas pelo Governador do Distrito Federal.

Norteadas pela missão institucional que integra as áreas de administração tributária, financeira e contábil do Governo, a SEF mantém ações objetivando garantir o equilíbrio fiscal e o nível adequado de receita governamental do Distrito Federal, mesmo em face dos efeitos da crise econômica mundial, atuando preponderantemente na gestão tributária, priorizando meios para garantir efetiva fiscalização dos setores econômicos, reduzindo a inadimplência e combatendo a sonegação fiscal.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	118	224	221	545	1.108
Comissionados sem vínculo efetivo	35		8		43
Requisitados de órgãos do GDF	16	11	8	16	51
Requisitados de órgãos fora do GDF		1			1
Estagiários		31		18	49
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango		17		6	23
Terceirizados (FUNAP)		20		1	20
Outros - especificar		42		7	49
Subtotal	169	346	237	592	1.344
(-) Cedidos para		75		10	85



Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
outros órgãos					
Total Geral	169	271	237	582	1.259

- Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas
- Mister ressaltar que o critério utilizado para classificação em atividade meio ou fim considerou a atividade e não a carreira do servidor. As Subsecretarias de Contabilidade, do Tesouro e da Receita foram incluídas como atividade fim e as demais como atividade meio.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3046 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	10,00	1,00	0,00	0,00
0004 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
3102 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM	1.100.000,00	30.600.000,00	27.687.708,73	27.172.775,38
0001 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM--DISTRITO FEDERAL	1.100.000,00	30.600.000,00	27.687.708,73	27.172.775,38
3104 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO	26.829.821,00	26.511.166,00	13.160.319,48	5.875.908,56
0001 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO DO DF - PRODEFAZ-PROFISCO-- DISTRITO FEDERAL	26.829.821,00	26.511.166,00	13.160.319,48	5.875.908,56
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	10,00	1,00	0,00	0,00
0012 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	5.000.000,00	14.899.886,00	14.892.923,31	11.574.718,89
0007 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO--DISTRITO FEDERAL	5.000.000,00	14.899.886,00	14.892.923,31	11.574.718,89
6066 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT	10,00	11.525.726,00	11.505.247,39	10.802.105,50
0004 - AÇÃO DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO E EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA - PINAT-PROGRAMA NOTA LEGAL-DISTRITO FEDERAL	10,00	11.525.726,00	11.505.247,39	10.802.105,50
TOTAL - 6203 - GESTÃO PARA RESULTADOS	32.929.851,00	83.536.780,00	67.246.198,91	55.425.508,33

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/ Fonte
1439 - ITBI (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	-3,53	%	65,3	5,5	7,2	14,2	6,6	6,2	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Embora a alíquota do ITBI tenha passado de 2% para 3%, o fraco movimento do mercado imobiliário impactou negativamente sobre a arrecadação do imposto.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - De acordo com dados da SUREC, embora o número de transações imobiliárias tributadas pelo ITBI em 2017 tenha sido inferior ao de 2016, o valor lançado em 2017 superou o do ano anterior, de tal forma que o valor médio lançado por transação aumentou 20% em relação a 2016.									
1440 - ITCD (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	-41,83	%	-17,5	-18,2	9,8	27,2	9,1	8,4	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - De acordo com Subsecretaria da Receita - SEF/DF, houve queda do número de transações tributadas pelo ITCD em 2016, que foi de 19.722, contra 38.588 em 2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - O resultado alcançado acima do desejado se deu por influência da tributação do ITCD sobre doações									
1435 - ICMS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	9,24	%	3,7	13	4,9	2,5	7,8	7,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Resultado alcançado superior ao desejado é reflexo da elevação de alíquotas, bem como da implementação das cobranças do ICMS sobre o comércio interestadual de bens destinados ao consumidor final (Emenda Constitucional 87/15) e de mercadorias adquiridas por contribuintes do regime Simples Nacional. (MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Apesar das ações de monitoramento e cobrança da administração tributária, a receita do ICMS sofreu o impacto do fraco desempenho do consumo em 2017, o que refletiu no resultado alcançado.									
1437 - IPTU (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	4,78	%	5,7	18,3	5,1	2,5	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Por força do Decreto nº 37.039/2015, a pauta dos valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal foi atualizada em 10,97%, para efeito de lançamento do IPTU, ocasionando, desta forma, acréscimo no resultado alcançado. Outro fator foi a edição da Lei 5.593/2015 que revogou a isenção do imposto para a TERRACAP obtendo-se com isso uma receita adicional de R\$ 70,7 milhões.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).(email da Assessoria de Estudos Econômicos-Fiscais). 2017 - Embora o lançamento do IPTU para o exercício de 2017 tenha sido efetuado com base nas áreas construídas e de terrenos identificadas por mapeamento aerofotogramétrico, o nível de inadimplência do tributo impediu um resultado alcançado maior.									
1438 - IPVA (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	16,31	%	4,8	17,5	5,1	8,1	4,9	4,8	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O bom desempenho da arrecadação do IPVA está atrelado ao aumento de 0,5 ponto percentual da alíquota do imposto sobre automóveis e motocicletas.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Na comparação com 2016, o valor do lançamento do IPVA para o exercício de 2017 sofreu acréscimo de 7,86%, tendo ainda as ações de cobrança pela administração tributária sido intensificadas no segundo semestre de 2017.									
1436 - ISS (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	11,03	%	9,5	3,0	7,6	8,00	7	6,6	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - O menor resultado alcançado decorre do cenário econômico desfavorável, no qual a atividade de serviços, base tributável do ISS, recuou 0,6% no terceiro trimestre de 2016 (último dado disponível), segundo o IBGE.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF). 2017 - Com um resultado alcançado próximo do desejado, a receita do ISS apresentou crescimento cujo destaque foram as retenções do imposto pela administração pública federal, em razão de serviços prestados pelo setor privado a órgãos públicos.									
1441 - TLP (TAXA DE ARRECAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR)	2,03	%	38,5	14,7	5,4		5,2	5,1	SUREC/SEF / UO 19101/ OE 2
Justificativa: 2016 - Os valores básicos de referência considerados no lançamento da TLP/2016 sofreram atualização de 10,97% na comparação com 2015, por força do Decreto 37.039/2015.(MEM.08/2017 - Assessoria de Estudos Econômicos/GAB/SEF/DF).									

6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA

Execução Orçamentária e Financeira



Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3486 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00
0002 - PROPOSIÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS--DF ENTORNO	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00
TOTAL - 6207 - BRASÍLIA COMPETITIVA	1.000.000,00	1.285.526,00	1.086.440,00	1.086.440,00

6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2426 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56
8390 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56
TOTAL - 6211 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	405.000,00	460.000,00	460.000,00	416.760,56

0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9003 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL	255.956.280,00	279.300.557,00	126.048.166,09	125.597.569,56
0005 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL--DISTRITO FEDERAL	255.956.280,00	279.300.557,00	126.048.166,09	125.597.569,56
9030 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA	362.846.285,00	398.020.302,00	344.039.095,52	344.039.095,52
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-REFINANCIADA-DISTRITO FEDERAL	34.073.000,00	29.635.439,00	29.635.437,35	29.635.437,35
0002 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - INTERNA-SERVIÇO DA DÍVIDA-DISTRITO FEDERAL	328.773.285,00	368.384.863,00	314.403.658,17	314.403.658,17
9096 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP	4.654.000,00	6.490.366,00	6.490.365,24	6.490.365,24
0010 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA RELATIVA AO INSS E PASEP--PLANO PILOTO .	4.654.000,00	6.490.366,00	6.490.365,24	6.490.365,24
9029 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA - EXTERNA	101.658.789,00	133.343.347,00	92.412.858,50	92.412.858,50
0001 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA	101.658.789,00	133.343.347,00	92.412.858,50	92.412.858,50

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
CONTRATADA - EXTERNA-- DISTRITO FEDERAL				
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	337.224.320,00	392.342.667,00	335.708.442,16	309.756.391,22
0009 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRECATÓRIOS- DISTRITO FEDERAL	335.224.310,00	390.342.657,00	335.383.704,40	309.432.341,38
0010 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-DISTRITO FEDERAL	2.000.000,00	2.000.000,00	324.737,76	324.049,84
6174 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-OUTRAS DECISÕES- DISTRITO FEDERAL	10,00	10,00	0,00	0,00
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	125.701.793,00	138.464.997,00	138.159.277,86	127.021.750,15
6963 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-- PLANO PILOTO .	125.701.793,00	138.464.997,00	138.159.277,86	127.021.750,15
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.258.306,00	41.595.066,00	34.998.632,72	34.960.001,11
0063 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	19.258.306,00	37.311.659,00	30.721.328,64	30.707.325,35
7002 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES- RESTITUIÇÕES DE TRIBUTOS DA SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	1.000.000,00	4.283.407,00	4.277.304,08	4.252.675,76
TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	1.208.299.773,00	1.389.557.302,00	1.077.856.838,09	1.040.278.031,30

6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4.088.940,00	2.757.276,00	2.581.395,00	2.316.509,00
5331 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-- DISTRITO FEDERAL	4.088.940,00	2.757.276,00	2.581.395,00	2.316.509,00
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	327.531.890,00	325.765.251,00	325.739.160,87	325.739.160,87
0055 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	327.531.890,00	325.765.251,00	325.739.160,87	325.739.160,87
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	6.918.200,00	6.109.534,00	5.901.986,07	5.901.986,07
6999 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SECRETARIA DE FAZENDA- DISTRITO FEDERAL	6.918.200,00	6.109.534,00	5.901.986,07	5.901.986,07
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	8.098.856,00	21.869.686,00	21.826.336,68	19.271.392,96
0051 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	8.098.856,00	21.869.686,00	21.826.336,68	19.271.392,96
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	10,00	1,00	0,00	0,00

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0010 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- SECRETARIA DE FAZENDA-DISTRITO FEDERAL	10,00	1,00	0,00	0,00
TOTAL - 6003 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA	346.637.896,00	356.501.748,00	356.048.878,62	353.229.048,90

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

GESTÃO TRIBUTÁRIA

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 23/01/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 08/01/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de dezembro e no ano de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica.

ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de dezembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.326,6 milhões em valores correntes. No confronto com dezembro de 2016, aponta-se um decréscimo nominal de 2,6%, que corresponde a um decréscimo real de 4,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de dezembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA
DADOS SIGGO em 23/01/2018

ITEM	2017		2016		2016 (ajustado pelo INPC/IBGE)		Variação Nominal		Variação Real		Contribuição da arrecadação em dezembro/17
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	%	%	%	%	
ICMS	981.940	634.437	847.021	457.410	458.790	444.290	+46,8%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	32,2%
ISS	176.010	152.142	152.251	+26.471	+17,3%	+23.387	+15,2%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	12,3%
IRPJ e IRLR	21.024	28.480	21.392	+2.174	+17,1%	+2.744	+12,8%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	1,5%
IRPF	281.381	428.559	410.387	+121.588	+29,6%	+122.000	+29,6%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	21,2%
ITR	6.623	24.758	25.287	4.127	+15,5%	5.637	+24,2%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	0,4%
ITR - TLP	24.802	19.038	19.388	-4.778	-24,4%	-4.864	-24,4%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	1,8%
ITR - TLP	25.984	38.423	37.178	+2.245	+5,9%	+2.788	+7,3%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	2,2%
ITR - TLP	12.228	12.222	12.178	-50	-0,4%	-50	-0,4%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	0,0%
Outras Tributos	9.153	9.879	9.869	4.660	+47,2%	4.670	+47,2%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	0,7%
Receita Tributária Total (R\$)	1.326.600	1.307.635	1.340.946	-23.476	-1,8%	-23.476	-1,8%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	100,0%
ICMS e ISS	1.157.950	786.579	1.000.272	-4.152	-0,4%	-4.152	-0,4%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	87,2%
ICMS e ISS e ITR - TLP	1.183.834	804.617	1.019.660	-4.182	-0,4%	-4.182	-0,4%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	89,6%
ICMS e ISS e ITR - TLP e ITR - TLP	1.196.058	826.841	1.031.838	-4.182	-0,4%	-4.182	-0,4%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	91,2%
Total das Outras Receitas (R\$)	129.542	120.794	109.078	-10.748	-8,9%	-10.748	-8,9%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	9,8%
Total das Outras Receitas (R\$)	129.542	120.794	109.078	-10.748	-8,9%	-10.748	-8,9%	+10,2%	+10,2%	+10,2%	9,8%

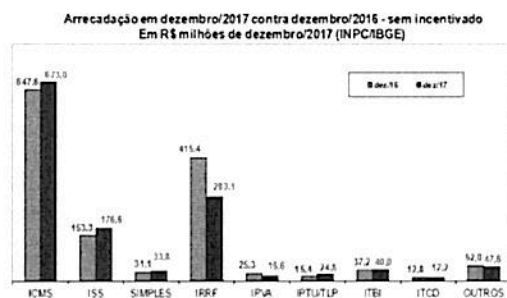
Fonte: SIGGO

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEF, além de apresentarem comportamento irregular ao longo do tempo, resultam em receita contábil sem fluxo financeiro. Assim, o montante relativo à R\$ 18,9 milhões registrado para o mês de dezembro de 2017 nesta rubrica foi excluído da análise seguinte.

Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em dezembro de 2017 frente a dezembro de 2016, destacam-se os acréscimos reais do ICMS, do ISS e do IPTU/TLP.

Em sentido contrário, foram observados decréscimos reais de arrecadação tributária no

IRRF de R\$ 132,3 milhões (-31,9%), devido à alta base de comparação em 2016, do IPVA e da Dívida Ativa.



No resultado acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 15,3 bilhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 3,1% e real de 0,1%, em relação ao mesmo período de 2016.

A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
DADOS SIGG em 23/01/2018

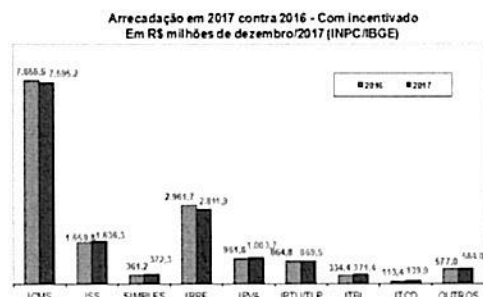
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2017		2016		Variação Nominal		Variação Real		Contribuição da arrec. D.F.
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
ICMS	1.507.719	1.517.952	1.273.229	1.233.524	+132.490	+140.398	-2.244	-0,7%	41,4%
ISS	1.120.337	1.103.832	1.128.299	1.059.794	+22.048	+68.505	+7.511	+4,9%	12,0%
SIMPLES	309.373	347.898	372.271	391.228	-62.898	-118.930	+11.962	+3,1%	2,4%
IRRF	2.705.542	2.355.391	2.377.577	2.361.592	327.965	315.985	+11.980	0,1%	13,3%
IPVA	990.255	318.085	1.221.592	301.028	-231.337	-983.543	+91.267	+4,4%	8,9%
IPJTULP	102.399	179.221	389.515	394.142	-287.116	-414.921	+127.805	+31,8%	1,0%
ITBI	338.537	322.825	371.378	334.495	-32.841	-63.117	+38.272	+11,2%	2,4%
ITCD	138.374	129.221	139.882	115.427	-9.508	-14.246	+4.738	+33,2%	1,9%
Outros Tributos	73.289	81.106	73.882	83.172	-7.893	-11.866	+3.973	+33,2%	0,2%
Total Arrecadação Tributária	64.785.524	64.399.557	64.889.585	64.660.736	-614.061	-261.181	+3.126	+0,5%	100,0%
Dívida Ativa	239.171	299.927	232.220	329.949	-9.749	-90.728	+80.979	+33,7%	1,9%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	52.947	72.792	51.598	74.102	-2.645	-21.310	+18.665	+25,5%	0,3%
Multas e Juros de Mora - Dívida Tributária	172.224	227.135	180.622	255.847	-8.408	-27.712	+19.303	+22,4%	0,3%
Total das Outras Receitas	404.542	600.844	464.438	655.900	-59.306	-255.356	+196.050	+30,9%	2,3%
Total de Arrecadação (Tributária + Outras)	65.190.066	65.000.401	65.354.023	65.316.636	-163.957	-316.235	+3.126	+0,5%	100,0%

Fonte: SIGG

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFI foram também excluídos da análise a seguir.

Na comparação acumulada do ano de 2017 com 2016, foram observados acréscimos reais de R\$ 76,5 milhões do ISS (+4,9%), R\$ 41,8 milhões do IPVA (+4,4%), R\$ 36,9 milhões do ITBI (+11,0%) e R\$ 26,5 milhões do ITCD (+23,4%). Por outro lado, foram registradas quedas reais de R\$ 149,7 milhões do IRRF (-5,1%); R\$ 60,3 milhões do ICMS (-0,8%), com o expurgo da receita do incentivado; e de R\$ 17,6 milhões de Dívida Ativa (-5,7%).



O FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, calculado pela Fipe com base nos anúncios de apartamentos prontos publicados na página do ZAP Imóveis e em outras fontes da Internet em 20 cidades brasileiras, registrou estabilidade em dezembro (+0,01%) e, assim, encerrou o ano de 2017 com queda nominal dos preços de 0,53% na comparação com o final de 2016. Nos 10 anos de histórico do indicador, esta foi a primeira vez que os preços encerraram um ano em nível nominalmente menor do que o do ano anterior.

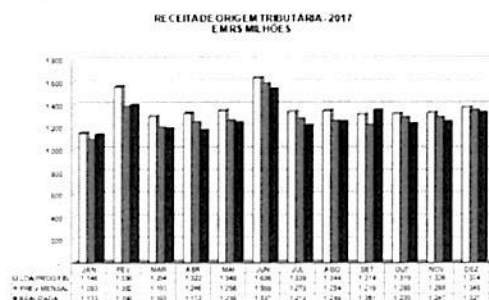
Individualmente, 13 das 20 cidades pesquisadas apresentaram recuo nominal no preço de venda no último ano, tendo o Distrito Federal apresentado a quarta maior queda (-2,3%).

Entre as demais cidades, as maiores variações foram observadas em Belo Horizonte (+4,8%) e Florianópolis (+4,38%) - as duas foram as únicas com aumentos acima da inflação.

Em dezembro de 2017 o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.631/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.811), seguida por São Paulo (R\$ 8.745) e Distrito Federal (R\$ 8.238).

Em que pese o resultado acumulado negativo no ano do índice no Distrito Federal, a arrecadação do ITBI continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 11,0% (+R\$ 36,9 milhões) no acumulado de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em dezembro de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 21,2 milhões, que correspondeu a um desvio negativo de 1,6% de realização. Nessa comparação, observam-se desvios positivos de realização no ISS de R\$ 34,2 milhões, no ICMS de R\$ 25,7 milhões e no IPVA de R\$ 12,2 milhões, esse último associado ao programa de cobrança desenvolvido pela CBRAT/SUREC. Em sentido contrário, o grande desvio negativo foi o apresentado pelo IRRF de R\$ 104,4 milhões, possivelmente associado a medidas de contenção com despesa de pessoal.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de dezembro, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 46,9 milhões. Os desvios negativos foram discriminados pelos principais itens que compõem a receita tributária, sendo que o mais relevante foi o IRRF (-R\$ 104,4 milhões). O ICMS (-R\$ 4,3 milhões) e o Simples (-R\$ 2,6 milhões) também apresentaram desvios negativos, conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - DEZEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	890.156	896.100	891.869	20.680	4.272
ISS	342.578	344.740	376.813	34.240	32.073
SIMPLES	33.810	38.406	33.814	1.624	-2.620
IRRF	387.421	387.421	283.006	-104.415	-104.415
IPVA	4.440	3.530	16.620	12.180	13.090
OUTROS	24.771	19.851	24.652	81	4.801
ITB	30.098	37.710	39.944	9.846	4.215
ITC	8.505	9.201	12.270	3.765	3.065
OUTRAS TAXAS	5.513	6.215	5.833	320	-622
RECEITA TRIBUT. TOTAL	1.305.149	1.332.439	1.264.817	(40.332)	(67.622)
OUVIDORIA	27.239	24.458	24.342	(2.897)	(2.897)
OUVIDORIA ATIVA	6.884	6.288	7.859	2.000	1.571
OUTROS TRIBUTOS	5.513	5.720	11.813	6.300	6.093
TOTAL OUTROS REC	29.723	36.466	43.914	14.191	7.448
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.334.872	1.368.905	1.308.731	(26.127)	(60.174)

No ano de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 134,3 milhões. Os principais desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R\$ 486,1 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 79,9 milhões) e o Simples (-R\$ 29,6 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o ICMS (+R\$ 174,8 milhões), o IPVA (+ R\$ 140,5 milhões) e o ISS (+R\$ 64,4 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista para LOA/Programação Financeira com a receita realizada em 2017, houve déficit no montante de R\$ 1,0 bilhão. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 609,2 milhões), IRRF (-R\$ 486,1 milhões) e IPTU/TLP (-R\$ 82,4 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,72% utilizado na previsão mensal de dezembro de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF - FEF/DF contribuem para o desvio observado.

Apesar do não atingimento da previsão contida na LOA para o ano de 2017, observa-se,

claramente que o segundo semestre de 2017, a curva de arrecadação mudou de rota apontando para um crescimento constante e significativo desde agosto de 2017, o que reflete uma expectativa de crescimento da arrecadação positiva para o ano de 2018.

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO 2017						VALORES EM R\$ MIL
	PREVISÃO FISCAL(1)	COMPARAÇÃO COM FISCAL(2)	RECEITA REALIZADA(3)	C.A.	C.B.	
IRMS	7.362.575	9.162.626	7.557.715	174.840	(265.165)	
IRPJ	1.558.892	1.581.526	1.627.387	64.435	29.811	
SIMPLES	388.877	411.647	365.361	(29.534)	(42.744)	
IRRF	3.276.647	4.277.647	2.786.542	(488.105)	(490.105)	
IPVA	852.540	924.409	933.265	140.490	65.111	
ITR/PTL	542.418	562.418	562.368	(79.368)	(82.428)	
ITR	370.142	375.000	368.587	(1.548)	(17.000)	
ITBI	84.376	86.419	93.872	41.396	7.000	
OUTRAS TAXAS	80.266	85.862	75.269	(4.996)	(10.266)	
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL	14.658.211	15.657.717	14.678.714	(157.477)	(1.567.502)	
IMPOSTO DE RENDAS	205.625	293.403	289.077	2.148	(10.266)	
IMPOSTO DE RENDAS ATIVA	69.545	74.361	80.561	21.426	18.554	
IMPOSTO DE RENDAS PASSIVA	92.302	91.829	121.221	28.099	58.411	
OUTRAS TAXAS	63.643	425.613	64.945	44.156	74.000	
TOTAL DA RENDITA ATIVA	15.811.998	15.217.520	15.281.777	(524.222)	(1.032.100)	

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro abaixo resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

[illegible]

Notes: (1) *Prunella* spp. 2007; *Prunella* spp. 2008; *Prunella* spp. 2009.

© 2006 The Authors
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

3. Owing to the fact that the number of observations was small, the results were not statistically significant.

PIB

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central de 12/01/2018, os analistas do mercado financeiro estão otimistas com a economia brasileira. A publicação semanal da autoridade monetária aponta um crescimento de 2,70% em 2018, enquanto quatro semanas antes a taxa de crescimento estimada era de 2,64%. Para o ano passado, cujo resultado será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apenas em março, a previsão é que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha avançado 1%, o dobro da taxa divulgada no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (13/01/2017).

IPCA


O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país fechou em 2017 com alta acumulada de 2,95%, resultado 3,34 pontos percentuais inferior aos 6,29% de 2016. É o menor número desde a taxa de 1998, quando ficou em 1,65%.

Os dados foram divulgados no dia 10/01/2018, no Rio de Janeiro, pelo IBGE e indicam que, em dezembro, o IPCA fechou em 0,44%, ficando 0,16 ponto percentual acima do resultado de novembro (0,28%). Essa foi a maior variação mensal de 2017. Em 2016, o IPCA de dezembro atingiu 0,3%.

A previsão dos 100 analistas que fazem projeções para os principais indicadores da economia para o IPCA é que o ano de 2018 termine com uma taxa de 3,96% – número inferior ao centro da meta, que para 2017 e 2018 é de 4,5%, recuando para 4,25% para 2019 e 4% em 2020. O intervalo de tolerância é de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos.

SELIC

A expectativa da taxa básica de juros, a Selic, para o fim de 2018, é de 6,75%. Caso as expectativas sejam confirmadas, esse será o menor nível já registrado pelo BC. Atualmente, o indicador está em 7%, resultado da reunião que ocorreu em 06/12/2017, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa em 0,5 ponto percentual.



Observa-se que no Boletim Focus do Banco Central de um ano atrás (13/01/2017), a Selic estimada para o fim de 2017 era de 9,75%.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

De acordo com a Pnad Contínua, pesquisa oficial trimestral sobre trabalho e rendimento do IBGE, a taxa de desocupação de 12,0% no trimestre de setembro-outubro-novembro de 2017 recuou 0,6 ponto percentual em relação ao trimestre de junho-julho-agosto. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2016, quando a taxa foi estimada em 11,9%, o quadro foi de relativa estabilidade. A população desocupada (12,6 milhões) caiu 4,1% (menos 543 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior. No confronto com igual trimestre de 2016, quando havia 12,1 milhões de desocupados, a alta foi de 3,6% (mais 439 mil de pessoas).

No Distrito Federal, a Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) divulgada pela Codeplan mostra que a taxa de desemprego total sofreu redução, ao passar de 18,8% em outubro para 18,4% em novembro, sendo estimado em 300 mil pessoas, redução de 8 mil em relação ao mês anterior.

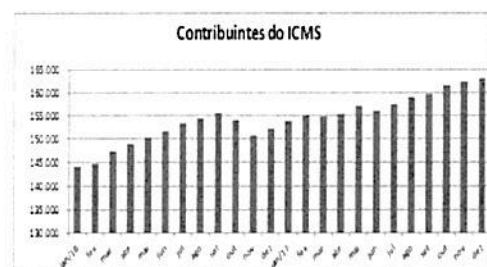
Entre novembro de 2016 e novembro de 2017, a taxa de desemprego total praticamente manteve-se estável, ao passar de 18,5% para 18,4%, tendo sido estimado em 1.333 mil pessoas (3 mil a mais em relação ao mês anterior) o contingente de ocupados. Segundo os setores de atividade econômica analisados, houve acréscimo do nível ocupacional na indústria de transformação (criação de 4 mil postos de trabalho) e na construção civil (85 mil) e relativa estabilidade no comércio (redução de 1 mil) e nos serviços (redução de 2 mil). A Administração Pública, por sua vez, teve redução de 3 mil postos de trabalho.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de dezembro de 2017 ingressos de R\$ 691,8 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior, apurou-se acréscimo nominal de 9,0% e expansão real de 6,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 7.557,7 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 2,5%, mas decréscimo real de 0,5% em relação a igual período de 2016.

Em dezembro de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 163.145 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS nos últimos seis meses de 2017. Do total de inscritos, 86,2% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.106 e 95.498 contribuintes, respectivamente.

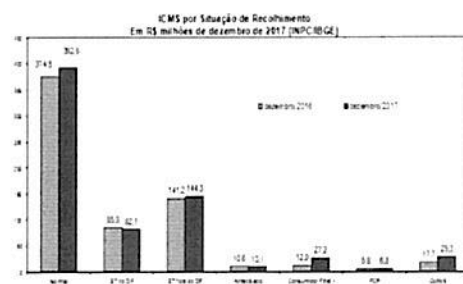


Em relação à localidade, neste mês, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências, sobretudo as que possuem maior abrangência: Agências de Taguatinga (+191 inscrições), de Brasília (+143 inscrições), além da região industrial do SIA (+115 inscrições).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				composição mensal em %	Composição da arrecadação (em %)
	dez/17	2017	dez/16	2016		
Normal	302.173	4.338.915	314.457	4.258.381	4,3%	55,7%
ST no DF	32.146	1.042.238	35.828	1.041.181	4,3%	11,8%
ST fora do DF	144.236	1.058.301	141.157	1.122.578	2,3%	22,8%
Antecipado	10.391	37.837	10.407	143.337	0,4%	1,4%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	21.154	231.430	12.013	145.237	12,3%	3,3%
ICP ²	6.287	83.791	8.707	84.172	0,3%	0,8%
Outros ³	29.354	137.572	17.707	137.838	88,4%	4,2%
Total da Arrecadação	601.441	7.637.294	641.301	7.596.522	100%	100,0%

Fonte: Dados do ICMS e do IPI emitidos aos FIC e Consumidor Final - Operações Interestaduais.
 Nota: 1 - Arrecadação por origem de recolhimento.
 2 - ICP - FIC e Consumidor Final - Operações Interestaduais.
 3 - Outros - Arrecadação de ICMS e IPI emitidos aos FIC e Consumidor Final - Operações Interestaduais.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de dezembro de 2017 com igual mês de 2016.



Quanto ao acumulado em 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 37,2 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. A perda real do ICMS Normal (-R\$ 299,0 milhões) superou os ganhos contabilizados na modalidade Substituição Tributária, dentro e fora do DF. Ademais, destacam-se a expansão da receita de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 85,2 milhões) e o decréscimo nos recursos provenientes da modalidade ICMS Antecipado (-R\$ 55,7 milhões).

A figura seguinte ilustra a comparação acumulada em 2017 frente a igual período de 2016.

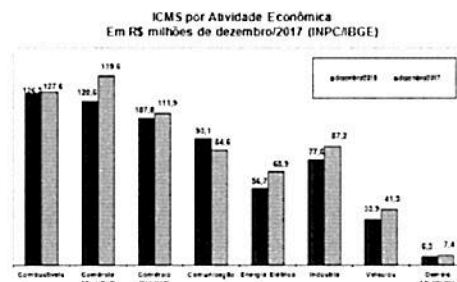


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em dezembro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Comércio Atacadista, com participação de 20,9%, seguido por Combustíveis, Comércio Varejista e Comunicação, com 19,1%, 16,7% e 12,7%, respectivamente.

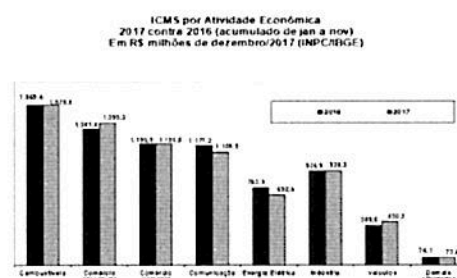


Na avaliação do desempenho real da receita de dezembro de 2017 frente a correspondente mês de 2016, destacam-se acréscimos no Comércio Atacadista (+R\$ 19,0 milhões), Energia Elétrica (+R\$ 12,2 milhões) e Indústria (+R\$ 9,6 milhões). Observa-se que somente o segmento Comunicação apresentou decréscimo de receita (-R\$ 8,4 milhões).

(Assinatura manuscrita)



Quanto ao desempenho acumulado em 2017 em relação a 2016, depreende-se que os decréscimos nas arrecadações dos segmentos de Energia Elétrica (-R\$ 71,4 milhões) e Comunicação (-R\$ 67,6 milhões) acabaram por determinar o desempenho negativo em termos reais da arrecadação do imposto em 2017. Não obstante, destacaram-se positivamente os segmentos Comércio Atacadista (+R\$ 58,0 milhões), e Veículos (+R\$ 40,6 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de dezembro de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos exercícios de 2017 e de 2016, variações reais, mensal e acumulada, e a composição da arrecadação em dezembro de 2017.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação real (em %)	
	dez/17	2017	dez/16	2016	dez/17 jan-dez/17	dez/16 jan-dez/16
Combustíveis	127.603	1.575.779	126.500	1.569.410	1.0%	2.4%
Comércio Atacadista	127.603	1.386.324	120.600	1.341.751	15.7%	4.2%
Comércio Varejo	111.899	1.192.820	107.807	1.195.915	3.8%	2.2%
Comunicação	84.601	1.032.600	92.100	1.177.177	-8.1%	-5.7%
Energia Elétrica	65.900	890.500	56.700	863.911	21.4%	-4.4%
Indústria	87.200	838.300	77.600	816.900	12.4%	3.2%
Veículos	41.300	439.300	33.900	398.800	22.1%	10.4%
Outras Atividades	77.400	77.400	6.300	74.100	10.7%	4.9%
TOTAL	495.405	7.454.853	422.907	7.430.545	3.8%	-0.3%

Fonte: INPC/IBGE
Nota: 1 - Apuração com base no APORCE

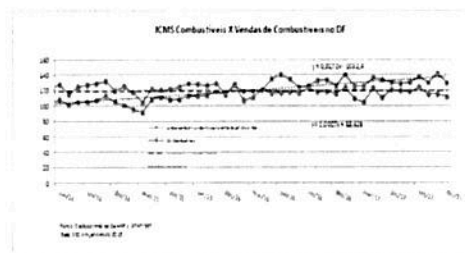
DESEMPENHO DA ARRECAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais.

Para o mês de dezembro em relação ao mês precedente, observam-se decréscimos tanto na venda de combustíveis quanto na arrecadação do ICMS. Registrou-se, em termos nominais, o menor patamar para as vendas do insumo dos últimos sete meses, ao passo que o nível da arrecadação do setor retroagiu quatro meses. Não obstante, as curvas apresentam tendência de crescimento no longo prazo, sendo que a do ICMS foi mais pronunciada.

[Handwritten signature]



Analizando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal em dezembro de 2017 e no ano de 2017, conforme tabela anterior, no comparativo com dezembro de 2016 e com o exercício de 2016, o desempenho do imposto apresentou acréscimos reais de 1,0% e 0,4% respectivamente.

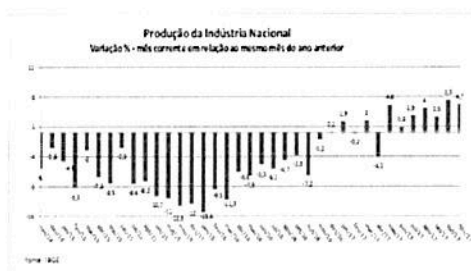
INDÚSTRIA

Os dados de novembro da publicação Indicadores Estruturais produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostraram aumentos de 0,3% no emprego, de 0,6% nas horas trabalhadas e na utilização da capacidade instalada, frente a correspondente mês de 2016. Por outro lado os ganhos monetários do ramo apontaram recuos de 0,6% do faturamento real, de 0,5% do rendimento médio real e de 0,8% da massa salarial real.

Chama atenção os dados concernentes à utilização da capacidade instalada (UCI) para possível retomada de expansão do segmento. Em novembro, fator gerador da arrecadação de dezembro, a utilização da capacidade instalada atingiu 78,3%, 0,6 ponto percentual (p.p.) acima do registrado no mesmo mês de 2016, a última vez que a UCI alcançou 78% foi em fevereiro de 2016. A UCI média dos onze primeiros meses de 2017 é 0,3 (p.p.) acima da computada no mesmo período de 2016.

Entretanto, no acumulado do ano a maioria dos índices ainda apontam queda na comparação com 2016. Emprego e horas trabalhadas registram os maiores recuos, de 2,9% e 2,3%, respectivamente. O faturamento também mostra queda, de 0,7%, enquanto a massa salarial recua 2,0%. Apenas o rendimento médio real, beneficiado pela queda da inflação, mostra crescimento nessa comparação.

Quanto aos dados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional divulgada pelo IBGE, em novembro de 2017, a produção industrial nacional mostrou-se com maior vigor, emplacando acréscimo de 4,7% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais - o segundo consecutivo, sendo que a alta foi de 0,2% de outubro para novembro.



Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi de acréscimo de 12,4% na comparação com o mesmo mês em 2016, e aumento de 0,2% no resultado acumulado de 2017 ante 2016.

ENERGIA ELÉTRICA

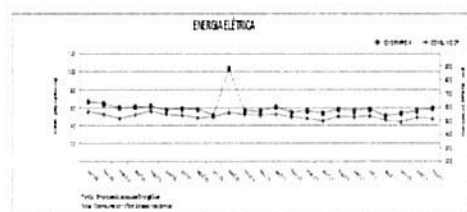
Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.543 GWh em novembro, avanço de 2,4% frente ao mesmo mês do ano passado, sendo esse o melhor resultado para o mês desde 2014. Mais uma vez todas as regiões do país apresentaram taxas positivas,

sendo que o Centro-Oeste apresentou o maior crescimento (+7,1%).

O resultado, entretanto, foi afetado em algumas regiões pelo ciclo de faturamento (dias de consumo considerados). No Centro-Oeste, expurgado o efeito de dias a mais de faturamento, a taxa cairia de +7,1% (melhor resultado no mês) para +5,5%. Na região, as maiores taxas de crescimento do consumo na classe residencial foram observadas em Goiás (+8,3%) e no Mato Grosso (+8,5%). No Distrito Federal, o ajuste do ciclo de faturamento reverteria o pequeno crescimento de 2,9% para retração de 3,6%.

No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, verifica-se aumento em dezembro de 2017 de 21,6% em relação a igual mês do ano anterior, porém queda de 9,4% no acumulado 2017 frente a 2016.

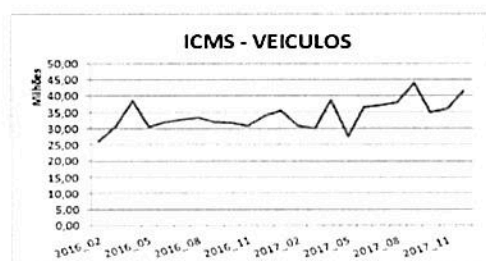
O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo e da arrecadação do ICMS energia elétrica.



VEÍCULOS

Após quatro anos seguidos de quedas, as vendas de veículos novos voltaram a crescer no Brasil em 2017, conforme dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabreve), associação que representa as concessionárias em nível nacional. Em dezembro, foram vendidos 2,2 milhões de unidades (carros, comerciais leves, caminhões e ônibus), alta de 9,2%. Segundo os últimos dados divulgados pela Fenabreve, no mês de dezembro, o avanço do total de veículos novos foi de 4,1% ante novembro, e de 4,05% em relação ao último mês de 2016. Em que pese o bom de desempenho observado no ano, o mercado de veículos ainda está longe de retornar aos níveis que registrava antes da crise. Em 2014, último ano antes da recessão, as vendas atingiram 3,5 milhões de unidades, valor 56% superior ao contabilizado em 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi de acréscimo real de 22,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, como também aumento real de 10,4% no resultado acumulado de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016. De acordo com gráfico estampado abaixo, observa-se trajetória crescente para o imposto relativo ao setor no segundo semestre, em apesar da baixa registrada no mês de outubro.



VENDAS NO VAREJO

O volume de vendas no varejo cresceu 0,7% em novembro de 2017, na comparação com o mês anterior, pela série com ajuste sazonal, conforme dados divulgados pelo IBGE. Trata-se do melhor resultado de novembro desde 2011. Tal desempenho se deu de forma disseminada, com crescimento em 24 das 27 Unidades Federadas. De acordo com o

Instituto, as promoções da Black Friday, campanha que mobiliza especialmente o comércio eletrônico, ajudaram a impulsionar as vendas no período. Os maiores avanços foram observados nos setores Outros artigos de uso pessoal e doméstico (8,0%) e Móveis e eletrodomésticos (6,1%). Por outro lado, houve perdas em novembro em Combustíveis e lubrificantes (-1,8%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-5,8%).

Segundo o IBGE, além da Black Friday, o início da recomposição do mercado de trabalho dos últimos meses e a melhor oferta de crédito subsidiaram a boa performance de novembro. Porém, é necessária uma melhora mais relevante na taxa de desemprego, que permanece no patamar de 12%.

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de dezembro de 2017 foi aumento de 3,8% na comparação com o mesmo mês em 2016, e estabilidade no resultado acumulado em 2017 na comparação com 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal apresentou acréscimo em dezembro de 2017, acompanhando o aumento observado para o faturamento das empresas, esse último de maneira mais suavizada. Na ampliação da análise, observa-se comportamento polinomial para ambas as curvas, sendo que a curva do faturamento sugere uma tendência de estabilização, ainda não aparente na curva da arrecadação.



ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em dezembro de 2017 totalizaram R\$ 33,8 milhões, que representam aumento de 11% em relação ao mês precedente, com acréscimos de 13,9% para o ICMS e de 9,6% para o ISS. A queda de contribuintes tanto do ICMS como do ISS decorre do processo de reenquadramento efetuado pela SUREC/SEF.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES				
Mês/Ano	ICMS		ISS	
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes
Julho/2017	17.061.241,55	137.444	13.960.765,54	134.069
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109
Outubro/2017	18.028.165,25	151.501	15.499.477,77	158.972
Novembro/2017	16.670.115,74	152.336	13.489.143,77	159.768
Dezembro/2017	18.983.089,26	140.604	14.781.513,74	139.898
Total da Arrecadação (em R\$)				
				33.770.703,00

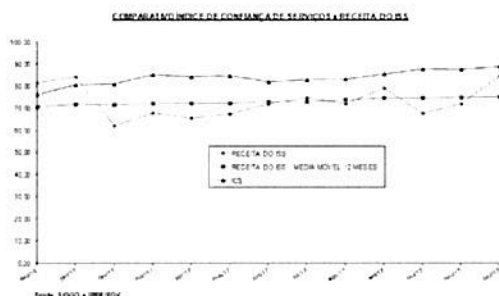
Nota: Nº de contribuintes inclui SMEI

ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de dezembro de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 176,6 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 17,6% na arrecadação, correspondente a um ganho real de 15,2%, com o expurgo da inflação pelo INPC/IBGE.

No acumulado em 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1,6 bilhão em valores correntes, resultando em aumento nominal de 8,0% e ganho real de 4,9%, em relação ao

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até dezembro de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.




Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de dezembro de 2017, o cadastro fiscal do DF registrou 170.813 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

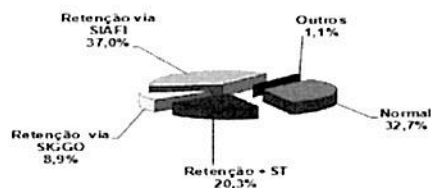
DESCRIÇÃO DE POST	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA REDE										
NOME DO RESUME DO US	AGSAN	AGERA	AGERB	AGERP	AGSAR	AGPLA	AGSBR	AGSON	AGSAG	PGABZ	TOTAL
1 Agente Normal - N. 01	352	11.024	1.287	2.265	3.235	416	4.748	52	1.043	142	23.8
2 Agente Normal - 001											
3 AGO-01-Juiz											
4 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01	5.493	19.735	13.754	19.227	4.775	5.671	1.932	66.205	1.200	812	112.1
5 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01	2.059	19.735	1.242	2.265	3.235	3.172	2.207	11.969	450	463	46.3
6 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01	2	33	6	7	5	5	6	5	2	3	3
7 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01											
8 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01											
9 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01											
10 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01	4	5	2	754	4			2		7	7
11 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01											
12 B. 01 - 01 - 01 - 01 - 01											
TOTAL	8.622	49.544	19.004	2.293	19.930	5.500	49.129	8.017	28.937	2.499	179.1

Em termos de participação por localidade, 27,0% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,4% na circunscrição de Taguatinga e 49,6% nas demais localidades. Do total de inscrições, 55% estão no SIMEI; 27,0%, no Simples Nacional; 17,0%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,0%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em dezembro de 2017, a Retenção via SIAFI respondeu por 37,0%; o ISS Normal por 32,7%; os recolhimentos por responsabilidade de terceiros (Retenção e Substituição Tributária) por 20,3%; e a Retenção via SIGGO por 8.9%.



ISS por Situação de Recolhimento dezembro de 2017



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento nos meses de dezembro de 2016 e 2017 e nos anos de 2016 e 2017.

Observou-se que as modalidades Retenção via SIAFI e Outros evidenciaram as maiores variações mensais positivas, ao passo que a modalidade Retenção via SIGGO apresentou a maior variação negativa.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real (em %)		Composição da arrecadação (dez 17)
	dez 16		jan-dez 16		jan-dez 17		
	dez 16	jan-dez 16	dez 17	jan-dez 17	dez 17	jan-dez 17	
Normal	57.541	654.303	57.710	612.910	0,3%	2,0%	32,7
Retenção + ST	30.452	424.438	26.800	427.596	-9,3%	-6,6%	20,3
Retenção via SIGGO	21.027	127.625	19.769	132.410	-6,0%	-3,7%	8,9
Retenção via SIAFI	33.273	308.720	65.200	376.953	96,2%	92,3%	37,0
Outros	1.709	24.980	1.880	25.541	10,5%	24,2%	1,1
Total da Arrecadação	143.702	1.539.766	171.659	1.575.509	19,5%	4,8%	100,0%

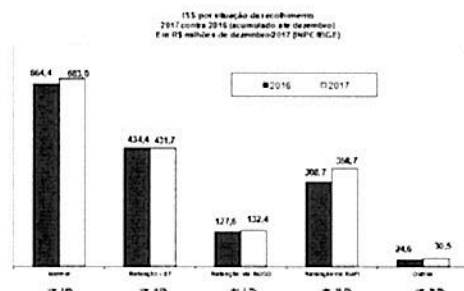
Fonte: SIOCC
1 Ajustado com base no NPC-IGGE

Quanto ao acumulado em 2017, na comparação com igual período do ano anterior, ocorreu aumento real de arrecadação de ISS em todas as modalidades de recolhimento, com exceção da modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros (Retenção + ST).

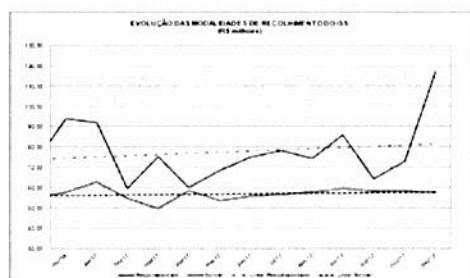
A figura a seguir ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em dezembro de 2017 como o mesmo período de 2016. No que tange ao crescimento real de arrecadação do ISS no total de R\$ 23,4 milhões em dezembro de 2017 em comparação com dezembro de 2016, verifica-se que esta ocorreu essencialmente devido ao aumento na arrecadação da modalidade Retenção via SIAFI (+R\$ 32 milhões) que superou as quedas observadas nas modalidades da Retenção via SIGGO (-R\$ 5,5 milhões) e na modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros (-R\$ 3,5 milhões).



Por sua vez, na comparação da arrecadação acumulada em 2017 com 2016, verifica-se que ocorreu acréscimo real de receita para todas as modalidades de recolhimento, com exceção dos recolhimentos por responsabilidade de terceiros.



No gráfico seguinte, a linha de tendência para o recolhimento do regime normal é ligeiramente ascendente, enquanto a tendência do recolhimento por responsabilidade de terceiros apresenta relativa estabilidade.

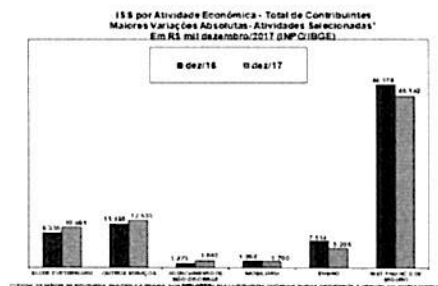


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em dezembro de 2017, verifica-se conforme gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (37,2%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (8,8%) e Ensino (4,3%).



Os gráficos seguintes apresentam o desempenho da arrecadação do ISS pelos principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para a análise.

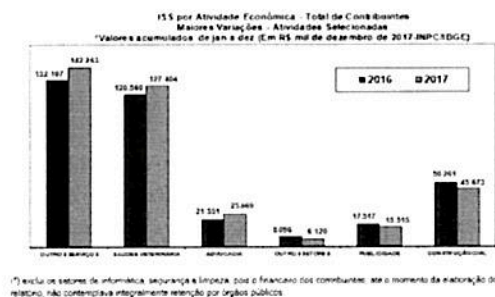
No confronto da arrecadação de dezembro de 2017 com dezembro de 2016, os principais acréscimos ocorreram nas atividades de Saúde e Veterinária (+R\$ 1,4 milhão), Outros Serviços (+R\$ 1,1 milhão) e Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (R\$ 600 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Imobiliária (-R\$ 167 mil), Ensino (-R\$ 1,9 milhão) e Instituições Financeiras e de Seguro (-R\$ 3,0 milhões).



Na comparação de 2017 frente a 2016, os maiores aumentos ocorreram nos segmentos de

4

Outros Serviços (+R\$ 10,2 milhões), de Saúde e Veterinária (+R\$ 6,8 milhões) e de Advocacia (+R\$ 4,1 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Outros Setores (-R\$ 2,0 milhões), de Publicidade (-R\$ 2,0 milhões) e Construção Civil (-R\$ 4,6 milhões).



AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS COORDENAÇÕES DA SUBSECRETARIA DA RECEITA

Os dados expressos neste relatório tem como fontes primárias as bases de dados dos sistemas e ferramentas de Business Intelligence utilizados nesta SUREC, especialmente o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal (SITAF)

Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT

As atividades da fiscalização tributária dividiram-se em quatro focos principais:

- Monitoramento: acompanhamento do comportamento tributário e identificação de eventuais inconsistências para comunicação aos contribuintes com vistas à correção espontânea. São monitorados os contribuintes de segmentos econômicos específicos considerados relevantes, principalmente em termos de potencial de arrecadação (empresas de energia elétrica, combustível, comunicação, substitutos tributários, etc.), bem como quaisquer outros em que o cruzamento de informações aponte indícios de irregularidades fiscais;
- Auditorias: realização de ações fiscais para constituição de crédito tributário em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias, identificados pela programação fiscal por meio de cruzamento de dados;
- Diligências: alcance de elevado número de contribuintes em ações pontuais, cujo objetivo maior é ostentar a presença do fisco;
- Fiscalização de mercadorias em trânsito: verificação da regularidade fiscal das mercadorias destinadas ao Distrito Federal e constituição de crédito tributário relativo às infrações identificadas em tais operações.

Gerência de Programação Fiscal – GEPRO

Unidade de planejamento, responsável pela seleção de contribuintes a serem incluídos em ações fiscais a serem realizadas pelas gerências finalísticas. No período de agosto de 2017 foram planejadas e distribuídas as ações fiscais conforme tabela abaixo.

Gerência de Auditoria Tributária - GEAUT

Tem como foco principal a realização de auditorias com vistas à constituição do crédito tributário. Segue abaixo quadro-resumo das ações fiscais realizadas e crédito tributário constituído:

Unidade	Nº AFR*	Distribuídas		Concluídas com débito		Concluídas sem débito		Auditorias em andamento	Crédito constituído (em R\$ 1.000)	
		No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	Até o fim do mês	No mês	Até o mês
NALAU I	07	5	85	13	59	1	11	16	27.533,62	479.018,12
NALAU II	10	1	80	8	50	0	10	3	34.308,47	273.773,32
NALAU III**	05	3	85	6	55	0	5	12	5.285,62	379.544,89
PT-SIV***	06	7	62	14	43	0	0	7	7.117,05	32.533,72
NALAU I	02	0	17	0	17	0	0	0	-	36,15
TOTAL		26	313	38	245	1	26	38	74.252,82	1.161.908,18

Fonte: relatórios gerenciais COFIS/RECESEF-DF

* Quantidade de Auditorias Fiscais realizadas nos meses no ano de referência, incluindo os chefes

**NALAU III: Artigo NPSIS - alterado a partir de 28/04/2017

***PT-SIV: Equipe de Auditoria e monitoramento do Simples Nacional

Gerência de Gestão do Malha Fiscal - GGMAF

A GGMAF é a Unidade responsável pela gestão do Malha DF (Sistema de Gestão da Regularidade Fiscal dos Contribuintes).

O sistema do Malha DF destina-se à verificação da consistência das informações econômico-fiscais, próprias ou obtidas de terceiros, relativas aos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, identificando divergências e possibilitando aos contribuintes, em determinadas situações, a correção espontânea da escrituração fiscal.

O crédito gerado pelas retificações de declarações concernente a 2017 foi o seguinte:

PERÍODO	ICMS	SALDO CREDOR	ICMS-ST	ISS
JAN/NOV	171.534.243	35.741.322	21.404.592	68.045.256
DEZ	21.905.870	1.161.851	4.489.755	15.405.874
ACUMULADO TOTAL	193.840.119	36.903.180	25.894.353	83.451.130

Fonte: relatórios gerenciais COFIS/RECESEF-DF

Os números acima são referentes às alterações de declarações de contribuintes decorrentes da seleção e das ações do MALHA FISCAL-DF.

Gerência de Monitoramento e Auditorias Especiais - GEMAE

As atividades da GEMAE consistem basicamente no monitoramento dos contribuintes, por meio do acompanhamento constante do comportamento tributário com vistas à correção espontânea de desvios identificados. Nesse trabalho é feita a orientação aos contribuintes e emitidas notificações de monitoramento com vistas à correção de irregularidades relativas à obrigação principal. Caso persistam as irregularidades, a empresa é incluída em auditoria com vistas à lavratura de auto de infração. A constituição do crédito tributário pode ser realizada pelo próprio núcleo de monitoramento ou pela Gerência de Auditoria Tributária - GEAUT, sendo que, neste último caso as informações são repassadas à Gerência de Programação Fiscal para posterior distribuição da ação.

Os resultados mais significativos alcançados nos Núcleos da GEMAE em 2017 foram:

processos, com crédito constituído de cerca de R\$ 3,03 bilhões, até dezembro de 2016 foram julgados cerca de 1.845 processos, correspondendo a R\$ 1,8 bilhões em termos de crédito tributário constituído.

Em 2017, 1.336 processos foram julgados perfazendo cerca de R\$ 1,85 bilhões em termos de crédito constituído, a saber:

Evolução do Crédito Tributário Julgado - 2014/2017

Histórico	2014	2015	2016	2017
CRÉDITO TRIBUTÁRIO R\$ bilhões	3,47	3,03	1,8	1,85
Quantidade de processos	1.013	662	1.845	1.336

Fonte: GEJUC/GEJUC

Atualmente, o estoque de processos aguardando julgamento sob a guarda da GEJUC é cerca de R\$ 484,33 milhões em termos de crédito tributário constituído, o qual comparado com o estoque ao final de dezembro de 2014, cerca de R\$ 3,7 bilhões, corresponde a uma redução nominal de 87 % no estoque de crédito tributário decorrente dos esforços contínuos de racionalização e organização dos trabalhos, que vêm sendo realizados desde 2015.

GEJUC - Crédito Tributário Constituído/Estoque de Processos a Distribuir

Histórico	2014	2015	2016	2017
CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$ bilhões)	3,70	1,67	1,46	0,48

Fonte: GEJUC/GEJUC

O desempenho auferido pela Primeira Instância durante o exercício de 2017, tanto em termos de valor de crédito tributário decidido, quanto em termos de quantidade de processos julgados, evidencia reflexos positivos das iniciativas de automação e racionalização de procedimentos no âmbito da GEJUC.

Em termos quantitativos, o estoque de processo a julgar, em dezembro de 2017, corresponde a 1.476 processos, contra 3.163 processos em dezembro de 2015 e 3.161 processos em dezembro de 2014.

GEJUC - Estoque de processos

Histórico	2014	2015	2016	2017
NÚMERO DE PROCESSOS	3.161	3.163	2.131	1.476

Fonte: GEJUC/GEJUC

No quadro a seguir, são detalhados os quantitativos de processos julgados mês a mês pela GEJUC ao longo de 2017 e o crédito tributário constituído correspondente.

GEJUC - Quantitativo de processos julgados/mês 2017 e Crédito Tributário Constituído

MÊS	CRÉDITO CONSTITUÍDO ANTES DO JULGAMENTO (R\$)	NÚMERO DE PROCESSOS
2017-01	146.757.309	101
2017-02	16.261.135	56
2017-03	162.093.269	193
2017-04	199.870.367	46
2017-05	144.154.074	151
2017-06	308.900.808	193
2017-07	381.199.063	117
2017-08	139.183.200	94
2017-09	123.058.935	142
2017-10	132.866.688	116
2017-11	94.802.190	120
2017-12	226.113.056	75
Total	2.075.249.891	1.409

Fonte: GEJUC/SGEJUC

Insta salientar que, no exercício de 2017, os resultados ora auferidos decorrem da busca constante da dinamização da sistemática de gestão e da contínua busca da efetividade administrativa.

Sempre importante lembrar que a forma e dinâmica das ações da Administração Tributária, buscando o incremento da arrecadação do DF, refletem naturalmente no quantitativo de lançamentos realizados pelo conjunto unidades lançadoras da SUREC o que consequentemente reverbera no quantitativo de impugnações administrativas impulsionando ou não no aumentando do estoque crédito tributário e de processos em julgamento.

Entre janeiro e dezembro de 2017, ingressaram no estoque de processos da GEJUC cerca de 757 novos processos totalizando R\$ 831,6 milhões em termos de crédito constituído.

GEJUC - Quantitativo de processos recebidos 2017 e Crédito Tributário Constituído

ANO-MÊS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR LANÇADO (R\$)
2017-01	52	102.454.007
2017-02	72	170.607.581
2017-03	89	132.865.226
2017-04	99	28.427.641
2017-05	94	12.726.160
2017-06	153	19.483.289
2017-07	60	70.639.633
2017-08	61	172.061.604
2017-09	15	8.317.026
2017-10	27	39.027.000
2017-11	24	38.513.277
2017-12	11	35.098.633
Total	757	831.611.866

Fonte: GEJUC/SGEJUC

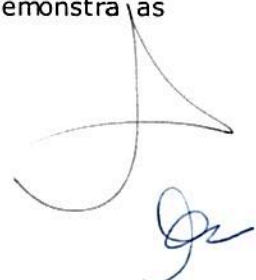
A GEJUC, visando contribuir para o incremento de receitas, para a redução do tempo de resolução dos lançamentos sob impugnação administrativa e para maior transparência externa e interna, vem atuando fortemente nas ações de modernização, automação e padronização de procedimentos.

Importante assinalar que a consecução de maior eficiência e de melhores resultados, no âmbito do julgamento, envolve, também, o aprimoramento do fluxo de informações entre órgão julgador e as unidades responsáveis pelos lançamentos tributários impugnados, visando aprimoramento do processo de constituição do crédito e do cumprimento de diligências/determinações.

O eixo principal do processo de modernização tem sido o sistema SGEJUC, que tem contribuído para o considerável desempenho desta GEJUC nesses últimos exercícios. Assim, no que diz respeito ao SGEJUC, cabe consignar que a equipe da GEJUC vem atuando em demandas que envolvem ajustes, correção e implementação de novas funcionalidades desse Sistema. Tratam-se de evoluções, modernizações e correções necessárias e prementes, em face das metas definidas no planejamento estratégico da SEF; das alterações no campo jurídico institucional e da premissa de maior transparência e do melhor atendimento aos contribuintes.

De fato tais atividades têm demandado grande dedicação da equipe da GEJUC tanto naquelas que envolvem a definição/teste/implementação das transações do sistema quanto nas ações de revisão de rotinas e procedimentos administrativos. O quadro a seguir demonstra as ações implementadas durante o segundo semestre de 2016.

Projetos/metad da GEJUC previstos até o final de 2018



No que diz respeito às perspectivas da GEJUC para o exercício de 2018, permanecem como prioridade o julgamento célere dos contenciosos fiscais e também as ações que objetivam a eficiência e a eficácia administrativa pela contínua melhoria e aprimoramento das atividades desta Gerência.

Nesse contexto merece destaque as ações de melhoria e aprimoramento do SGEJUC, a saber:

OBJETIVO	INDICADOR
1. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
2. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
3. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
4. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
5. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
6. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
7. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
8. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
9. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	
10. Realizar o planejamento estratégico da Gerência de Legislação Tributária - GELEG, em conformância com o planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a melhoria da eficiência e eficácia administrativa, bem como a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.	

Gerência de Legislação Tributária - GELEG

Conforme detalhado nos quadros a seguir as propostas de alteração legislativa elaboradas e encaminhadas por esta Gerência Durante o ano de 2017, totalizaram 123 (cento e vinte e três).

Propostas de edição de atos normativos no âmbito da GELEG

Janeiro a dezembro de 2017 - NUFOR/GELEG												
ATO NORMATIVO	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Decreto	3	4	5	1	10	2	7	2	1	4	3	9
Portaria	3	1	2	1	2	3	4	5	3	6	4	30
Projeto de Lei	2	1	-	-	-	1	2	3	4	1	3	1
Atto Dec. Interpretativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lei	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Instrução Normativa	-	-	1	-	1	2	1	2	3	-	-	10
Resolução	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3
Atto Declaratório	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	3
Ordem de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8	6	8	4	13	11	16	8	14	6	12	15

A seguir, são listados os quantitativos de demandas de formulação de normas que tramitaram no NUFOR/GELEG, durante o ano de 2017, constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD e Sistema Integrado de Informática - SEI.

O quadro abaixo espelha o estoque no início de cada mês, entradas, saídas mensais e estoque final.

Propostas constantes no Sistema de Controle de Documentos-SCD

MÊS	ESTOQUE INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	ESTOQUE FINAL
Jan/17	44	8	9	44
Fev/17	44	6	6	44
Mar/17	44	9	9	45
Abr/17	45	4	4	45
Mai/17	46	9	13	41
Jun/17	41	11	11	41
Jul/17	41	13	16	39
Ago/17	39	9	8	39
Set/17	39	14	14	39
Out/17	39	4	9	35
Nov/17	35	17	12	40
Dez/17	40	15	15	40
TOTAL	44	119	123	40

Fonte: Relatórios Gerência SCD e SEI
*Estoque em 1º de janeiro de 2017

Conforme se depreende do quadro acima o Sistema de Controle de Documentos - SCD e o Sistema Integrado de Informática - SEI - registraram no ano de 2017 um quantitativo de 123 (cento e vinte e três) propostas de atos normativos analisados no NUFOR e um saldo de 40 (quarenta) solicitações pendentes e em análise.

Cabe frisar, que as propostas de alterações legislativas são formalizadas a esta GELEG por



meio de protocolo SCD ou Processo SEI. Tais demandas são examinadas e podem não resultar, necessariamente, em minuta de alteração legislativa, podendo haver cancelamento de protocolos e processos, por diversos motivos, p.e. perda de objeto e desinteresse posterior do demandante.

Atualização das atividades desenvolvidas do Núcleo de Elaboração de Normas - NUBEN em 2017

	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DEZ	TOTAL
1. Disponibilizar no BDL FOM as 48 horas todas as normas tributárias publicadas no DOOF													
Total de normas publicadas													
Disponibilizadas no BDL FOM em 48 h	23	12	9	15	22	15	18	34	15	20	15	43	245
Total de normas analisadas													
Disponibilizadas no BDL FOM em 48 h	19	14	12	15	15	22	22	121	21	16	14	44	341
Total de normas encaminhadas ao SCS													
Disponibilizadas no SCS em 48 h	45	25	19	30	49	43	42	155	35	46	29	87	606
Total de SCS encaminhadas em 48 h	35	7	9	3	3	5	8	14	7	4	-	5	113
Total de benefícios encaminhados ao DOPF em 72 h	19	-	-	1	1	44	-	4	-	-	-	3	62
Total de normas encaminhadas ao SUSCONEF em 72 h	22	7	6	-	5	13	3	7	-	3	-	23	89
Quantidade de informações divulgadas	24	11	12	13	22	16	17	33	13	13	14	42	227

Gerência de Processos Especiais - GEESP

A GEESP tem como função a gestão, o controle, a análise e o acompanhamento dos processos relativos a benefícios fiscais de caráter não geral e de regimes especiais ou diferenciados de apuração, recolhimento ou cumprimentos de deveres acessórios.

Suas atividades dividem-se por 3 núcleos, cujas atividades encontram-se a seguir descritas:

O Núcleo de Benefícios Fiscais I – NUBEF/GEESP, conforme Quadro “Estoque de processos no NUBEF”, possui em seu estoque o montante de 546 (quinhentos e quarenta e seis processos) processos. O Quadro “NUBEF - Número de documentos emitidos – janeiro a 31 de dezembro de 2017” promove o desdobramento dos atos e procedimentos administrativos praticados por esse núcleo durante o período.

O NUBEF I mantém esforços no sentido de automatizar e/ou simplificar os processos de reconhecimento de benefício fiscal de caráter não geral. Dessa forma, o NUBEF I vem gradativamente substituindo a tramitação física de processos pela virtual, adotando para isso a plataforma SIGAC. Atualmente são analisados em processos virtuais os pedidos de reconhecimento de isenção para veículos pertencentes a embaixadas e organismos internacionais e seus funcionários.

Também foi adotado o novo procedimento para os processos de reconhecimento de redução de base de cálculo para locadoras de veículos.

Este núcleo aguarda a automatização dos processos de reconhecimento de isenção para embaixadas e organismos internacionais e isenção para transporte escolar que encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento.

O NUBEF I iniciou uma a revisão atos declaratórios de imunidades com objetivo de identificar se as instituições beneficiadas mantêm as condições previstas para o reconhecimento.

Finalmente, o NUBEF I vem alinhando seus posicionamentos com a jurisprudência, sobretudo em relação as questões pacificadas no Supremo Tribunal Federal, evitando, assim, recursos desnecessários. Também nesta esteira, este núcleo vem contribuindo para a atualização da legislação tributária.

Estatísticas de processos - NUBEF em 31/12/2017	
Aguardando distribuição	99
Para análise	0
Análise solicitada/iniciada em curso	8
Aguardando decisão judicial	0
Aguardando prazo de prescrição	122
Distribuído	296
Aguardando envio de modificação	06
Aguardando retorno de A.R.	114
Aguardando cumprimento de modificação	51
Em análise	33
Aguardando deliberação superior (j. concelho)	4
Aguardando publicação/decisão	19
Concluído	254
Aguardando registro nos sistemas	15
Aguardando devolução de livros	18
Aguardando prazo recursal	53
Aguardando numeração para arquivo	166
Aguardando encaminhamento aos demais setores	12
TOTAL	545

Fonte: Sistemas SICOP/SEI e SIGAC

Núcleo de Benefícios Fiscais - NUBEF - Número de documentos emitidos - janeiro a dezembro de 2017

Núcleo de Benefícios Fiscais - NUBEF até 31/12/2017	
TOTAL DE DOCUMENTOS EMITIDOS	1151
1 - Atos Declaratórios	570
2 - Despachos de Arquivamento	22
3 - Despachos de Indeferimento	111
4 - Demais despachos processuais	42
5 - Notificações	333
6 - Pareceres	73

Fonte: Sistemas SICOP/SEI e SIGAC

O Núcleo de Benefícios Fiscais II – NUBEFII foi criado por meio do Decreto nº 38.527, de 03/10/2017, tendo efetivamente iniciado as suas atividades no dia 09/10/2017.

O NUBEF II/GEESP é competente para os casos simples de pedido de benefícios fiscais tais como isenção de ICMS e IPVA para Portadores de Deficiência Física/Mental ou Autismo e para Taxistas, isenção de IPTU/TLP para Aposentados/Pensionista, isenção de ITCD sobre patrimônios de pequeno valor especificado em lei.

Ao todo, o NUBEFII recebeu 1977 processos no exercício de 2017, neste incluído os processos físico e virtuais, contando, no entanto, com um quantitativo ainda insuficiente de analistas e técnicos para toda essa demanda podendo gerar atraso na análise e um acúmulo cada vez maior de processos. Por outro lado, aguardamos a implementação do rito automático de concessão de isenção de IPVA para Taxistas o que pode diminuir o número de processos recebidos.

Núcleo de Processos Especiais

O NUPES, entre os meses de janeiro e dezembro de 2017, emitiu 2.063 (dois mil e sessenta e três) documentos administrativos, dos quais 521 (quinhentos e vinte e um) referem-se a pareceres relativos aos pedidos de adoção de regimes especial de interesse do sujeito passivo, 1.192 (hum mil, cento e noventa e dois) notificações e despachos e 350 (trezentos e cinquenta) referem-se a minutas de documentos administrativos para serem concedidos pelo Gerente ou pelo Subsecretário, conforme a competência, consubstanciados em atos declaratórios, termos de acordo de regime especial, termos de anuência, despachos de deferimento entre outros.

Durante o exercício de 2017, o NUPES vem adotando medidas com o objetivo de otimizar os recursos operacionais, desburocratizar e estimular a inovação em seus métodos de trabalho.

Com a tramitação dos processos no SICOP, conseguimos controlar o fluxo de processos. Assim, pudemos detectar que no período de janeiro a dezembro de 2017 chegaram ao núcleo 481 (quatrocentos e oitenta e um) novos processos físicos e demos saída a 537 (quinhentos e trinta e sete).

Quanto aos processos solicitados por atendimento virtual - SIGAC - durante o período constante neste relatório, informamos que foram 246 (duzentos e quarenta e seis) demandas referentes à Lei nº 5.005/2012, ao artigo 320-D do Decreto 18.955/1997 e ao

Decreto nº 34.063/2012, que a partir desse ano também passou a ter a sua análise feita de forma virtual.

Convém destacar que continuamos no intuito de adequar e aprimorar o SISLEGIS para a extração de relatórios gerenciais necessários à SUREC e, para isso, algumas demandas foram abertas no OASIS.

Nessa mesma linha, no escopo de fornecer informações gerenciais que irão subsidiar a tomada de decisão nos processos de impressão conjunta NFST, nos termos do artigo 298, inciso XV do Decreto 18.955/97 - RICMS foi aberta demanda no OASIS cujo pleito compreende a inclusão da informação sobre qual das empresas envolvidas é a emitente e qual é a impressora bem como a série e a subsérie utilizada por cada empresa.

Além disso, sempre buscando o aprimoramento de nossa atuação, disponibilizamos na internet o modelo de requerimento para impressão conjunta de nota fiscal de serviço de telecomunicação ou de serviço de comunicação e de inclusão e cadastramento de que trata o artigo 320-D, bem como o modelo de requerimento referente ao Decreto nº 34.063/2012, juntamente com a lista de documentos necessários.

Quanto à legislação, várias propostas de alteração, em especial nas que regulam o PRÓ-RURAL, o Decreto nº 34.063/2012 e na Lei nº 5.005/2012.

Ademais, fazemos uma contínua revisão dos Termos de Acordo que concedem a atribuição da condição de substituto tributário referente às operações internas subsequentes com os produtos relacionados no Item 10, do Caderno I, do Anexo IV ao Decreto nº 18.955/1997 - RICMS, bem como dos Atos Declaratórios concessivos, sob condição resolutória, da condição de Substituto Tributário dos itens 30, 31 e 34 do Caderno I, do Anexo IV do Decreto nº 18.955/1997, informando, em ambos os casos, aos contribuintes da revogação dos mesmos.

Quanto aos benefícios resultantes das ações implementadas, atualmente, mesmo com um número reduzido de servidores, principalmente da Carreira de Auditoria Tributária, as análises dos pleitos efetuados mediante processos de Regime Especiais, desde que atendidas às notificações porventura existentes, são concluídas num prazo inferior ao prazo de 90 (noventa dias) previsto no Decreto nº 33269/2011 - Processo Administrativo Fiscal, e as demandas efetuadas no SIGAC são analisadas dentro de um prazo inferior a 30 dias.

Esclarecimento de Normas no período de janeiro a novembro de 2017

A Coordenação, por não possuir em sua estrutura administrativa uma Gerência que detenha a competência para a prática de atos administrativos de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária do Distrito Federal, tem sobrecarregado suas atribuições para responder, de per se, às consultas formuladas pelos sujeitos passivos. Ainda assim obteve os resultados a seguir especificados:

Com um assessor desta Coordenação, comandando quadro efetivo de dois pareceristas produziu um total de 61 (sessenta e um) atos administrativos voltados ao esclarecimento de normas, de janeiro a dezembro de 2017. Estão incluídas neste total as demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (Solicitação de Esclarecimento de Normas - SEN).

Os quantitativos de demandas oriundas dos públicos externo (processo de Consulta) e interno (SEN), referentes ao estoque de processos no início do ano, quantitativos de entrada, saída e estoque final, relativos aos anos 2016 e 2017 foram os seguintes:



Levantamento do estoque 2016/2017

Ano	Est. Inicial	Entradas	Saídas	Est. Final
2016	9	79	68	20
2017	20	80	61	39

Fonte: SIOOP

Observa-se que houve sensível aumento no quantitativo do estoque final de processos, circunstância alimentada pela manutenção das demandas relativas à Emenda Constitucional nº 87/2015 e ao inadequado quantitativo de relatores, o que implica aumento no tempo de solução das demandas que, não raras vezes, ultrapassa o legalmente previsto. Tal fato gera constrangimentos no relacionamento com os consulentes, que, não raras vezes, formalizam reclamações nos canais oficiais (SIGAC).

Cumpr, pois, reiterar a imperativa necessidade de recomposição do quadro de relatores do setor que, a juízo seu, demanda um mínimo de quatro relatores, que deveriam ser gerenciados por pessoa investida, material e **formalmente**, em tal incumbência.

Coordenação de Cobrança Tributária - CBRAT

Dentre as ações previstas para o exercício de 2017, listamos a seguir, destacados por Gerência, os resultados alcançados até 30/11/2017.

Gerência de Gestão do Rito Especial - GCORE

No ano de 2017, deu-se continuidade ao monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas nas vendas efetuadas a consumidor final, localizado no Distrito Federal, por remetentes estabelecidos em outras unidades da federação, em função da Emenda Constitucional 87/2015 e do Convênio nº 93/2015.

Nessas operações, ao invés do destaque da alíquota interna do estado remetente, passa a ser destacada na NFE a alíquota interestadual e a diferença de alíquotas entre esta e a interna do estado de destino, partilhada entre este e o estado remetente.

Nesta partilha, cabe ao estado de destino 60% da diferença de alíquotas no ano de 2017, 80% no ano de 2018 e, a partir de 2019, 100% da mesma.

Para o monitoramento dessas operações o NGCEL utiliza um painel na ferramenta QlikView, que calcula o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando a cobrança efetiva dos valores devidos.

Também tem sido realizado um trabalho por telefone, visando a cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Os resultados obtidos estão dispostos no quadro abaixo:

	Quantidade Acumulada	Valor acumulado (R\$)
Valor Calculado	77.924	273.564.752,30
Valor Recolhido	45.105	210.954.668,85
% Recuperação		77,11

Fonte: Painel de monitoramento QlikView- NGCEL

Rito Especial:

A sistemática do Rito Especial consiste em rotina que efetua o cruzamento entre as informações prestadas pelos contribuintes em seus Livros Fiscais Eletrônicos e os valores

DIFAL - SN	Valor acumulado (R\$)
Valor total das NFEs recebidas no DF	3.522.169.773,93
Valor total de DIFAL declarado nos LFEs	64.500.991,47
Valor total de DIFAL pago	74.573.305,19

Fonte: Painel de QlikView de extração e tratamento de dados da NFe: NUCSN

Está sendo desenvolvido um painel na ferramenta QlikView, para monitoramento dessas operações, que irá calcular o imposto devido em cada nota fiscal, possibilitando o início da cobrança efetiva dos valores devidos.

Até então, tem sido realizado um trabalho por telefone, visando à cobrança e o esclarecimento de dúvidas sobre a matéria.

Durante o exercício de 2017, a GBRAT desenvolveu também a ação de remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de registro de Protesto. Essa ação, iniciada no exercício de 2014, traz resultados financeiros bastante significativos, elevando sobremaneira o patamar do DF na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, visto que traz um novo elemento de risco para o contribuinte.

Como fato importante a se registrar temos a interrupção do envio de CDAs a protesto, a partir de 16/08/2017, em função de proibição de uso deste meio de cobrança, por força da Lei Complementar nº 931/2017, tendo sido retomadas em novembro em virtude da revogação da lei pelo TJDF.

Os resultados obtidos com o protesto foram os seguintes:

Protesto	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
CDAs enviadas	35.119	1.160.438.610,79
Valor recolhido a vista	2.111	9.258.922,32
Valor parcelado	4.151	174.593.611,85
Total recuperado	6.262	183.852.534,17
Percentual de Recuperação		15,84

Fonte: Relatórios Gerenciais NUCOD GBRAT/GBRAT

No exercício de 2017 a Gerência de Cobrança Tributária - GBRAT deferiu 65.728 novos parcelamentos administrativos, no montante de R\$ 624.527.287,49, com ingresso de receita oriundo da carteira de parcelamentos geridos da ordem de R\$ 374.380.233,20, conforme especificado no quadro abaixo:

Parcelamentos Deferidos	Qt. Acumulada	Valor acumulado (R\$)
Concedidos: parcelamentos novos	65.728	624.527.287,49
Valores recolhidos: parcelamentos novos e antigos	728.472	374.380.233,20

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF GBRAT/GBRAT

A GBRAT promove, ainda, a cobrança dos débitos inscritos no Cadastro da Dívida Ativa do Distrito Federal. Os valores inscritos no exercício de 2017 e os resultados da cobrança foram os seguintes:

recolhidos nos respectivos períodos. Esta sistemática, tem se revelado de suma importância para a elevação da percepção de risco por parte do contribuinte, quanto à eficiência da administração tributária no controle das informações prestadas.

O trabalho desenvolvido pela GCORE, no ano de 2017, consistiu na execução da rotina do Rito relativa aos meses de maio a dezembro de 2016 e janeiro a julho de 2017, além de repescagens para os anos de 2011 e 2012, com a identificação de diferenças tributáveis no montante de R\$ 572.186.105,12, em desfavor de 75.903 contribuintes, como demonstra o quadro abaixo.

Rito Especial	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
Débitos Notificados	75.903	572.186.105,12
Compósitos e valores entre 10,00 e 350,00	49.739	152.934.229,12
Pagamentos à vista	14.305	22.652.205,73
Pagamentos parcelados	831	23.336.345,74
Total Recuperado	15.137	45.988.552,47
Débitos inscritos em Dívida Ativa	43.534	560.817.543,72
Resultado percentual (Notificado x recuperado)		8,04
Resultado % com corrigidos (Notific. x recuperado)		31,97

Fonte: Sistema de monitoramento do Rito Especial - NURIT/GCORE

Atendimento a demandas relativas ao Rito Especial

Apesar de todo o esforço da GCORE em sanear diversas situações antecipadamente à sua inscrição em dívida ativa, seja por meio de execução de rotinas preliminares, contatos telefônicos e comunicados via Agência Net, muitos contribuintes formalizam suas reclamações junto à Secretaria de Fazenda do DF apenas por ocasião da inscrição de seus débitos em dívida ativa. Em razão disso, chegam à GCORE inúmeras demandas de reclamação acerca dos débitos inscritos, por meio de processos administrativos, SIGAC ou encaminhados pela PGDF, para análise dos pleitos e manifestação a respeito de sua pertinência.

Gerência de Cobrança Tributária - GBRAT

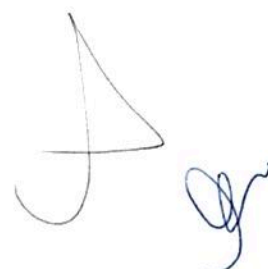
No ano de 2017, em decorrência de previsão constante da Lei Complementar nº 123/2006, que rege o regime do Simples Nacional e da Lei nº 5.558/2015, foi implementado, sob responsabilidade da GBRAT, por meio de Núcleo criado especificamente para tanto, o monitoramento e cobrança do diferencial de alíquotas incidente sobre as mercadorias para comercialização, adquiridas por empresas optantes pelo Simples Nacional, localizadas no DF, de fornecedores estabelecidos em outras unidades da federação.

A Lei nº 5.558/2015 limitou o valor do imposto apurado nesta diferença a 5% do valor da operação.

No ano de 2017, foram enviados, 204.534 comunicados aos contribuintes do DF, optantes pelo Simples Nacional, informando a existência de notas fiscais a eles endereçadas no valor total de R\$ 3.522.169.773,93, que poderiam estar sujeitas ao recolhimento do diferencial de alíquotas.

Ressalta-se que a GBRAT presta suporte a todas as Agências de Atendimento ao Contribuinte, orientando os servidores daquelas unidades quanto aos procedimentos de inclusão/exclusão/manutenção de parcelamentos administrativos e protestos, bem como toda a gestão dos sistemas de parcelamento.

No quadro abaixo estão demonstrados os montantes correspondentes às NFes recebidas, os valores declarados nos LFEs e aos pagamentos realizados, observando-se uma característica específica do DIFAL do Simples Nacional que é o valor sempre maior dos pagamentos em relação ao declarado no LFE, resultante da desobrigação de escrituração de LFE para os contribuintes enquadrados como MEI, mas que estão obrigados ao pagamento do DIFAL.



agilidade e eficiência aos resultados, bem como um gerenciamento das ações de cobrança mais profissional, alinhado às melhores práticas usadas no mercado privado.

Além dos sistemas, o projeto prevê a contratação de consultoria especializada para a análise e reformulação dos processos de trabalho buscando uma maior eficiência nas atividades de cobrança, a contratação de Serviço de Higienização da base cadastral gerada pela CCALT contendo em torno de 2 milhões de contribuintes (1.650 mil pessoa física e 350 mil pessoa jurídica) e a aquisição de um Sistema de Cobrança para realizar tratamento e definição dos cenários de cobrança com controle de comunicação com o devedor via telefone, e-mail e correspondência, o treinamento de pessoal, com acompanhamento por dez meses e a manutenção por três anos.

Para conhecimento das possibilidades de sistemas do tipo, foi efetuado um teste com um disponível no mercado, no período entre julho e setembro, cobrando, via e-mail e telefone, contribuintes que tivessem uma parcela do IPVA em aberto. Foram cobrados 368.502 contribuintes nesta situação, perfazendo um montante de R\$ 284.966.891,39.

Os resultados abaixo mostram o excelente percentual de recuperação alcançado o que reforça nossa percepção de que, a adoção de um sistema de gestão de cobrança trará, pelos motivos já expostos, significativo incremento nos resultados conseguidos pela CBRAT.

Total cobrado julho a dezembro 2017	368.502	R\$ 284.966.891,39
Total pago julho a dezembro 2017	91.631	R\$ 69.734.509,76
Percentual de recuperação	24,87	24,48

Fonte: Relatórios Gerenciais CBRAT/CBRAT

A CBRAT extraiu que, em 2017, foi alcançado um percentual de recuperação de créditos de 15,31% com relação ao montante de créditos tratados por alguma das ações de cobranças mencionadas neste relatório.

Frisa-se que em 2017 não houve nenhum programa especial de recuperação de créditos (REFIS), e ainda que o envio de CDAs a protesto ter sido suspenso de agosto a outubro, por imposição da Lei Complementar nº 931/2017, o que teve forte influência negativa nos resultados percentuais de recuperação alcançados.

Valor total cobrado	8.065.601.575,85
Valor total recuperado	1.234.139.391,93
Percentual de recuperação incluindo Arrecadação DIFAL	15,31%

Coordenação de Cadastro e Lançamento Tributários - CCALT

Gerência de Tributos Diretos - GEDIR

A Gerência tem direcionado esforços para o saneamento de inconsistências nos diversos cadastros de contribuintes, bem como para a melhoria dos processos de lançamento e arrecadação dos tributos diretos (IPTU, TLP, IPVA, ITBI e ITCD).

Lançamento de Tributos Diretos



Dívida Ativa	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
Inscrições - Comunicados enviados	1.349.369	6.445.754.106,86
Valor recolhido à vista	328.159	206.382.496,03
Valor parcelado	75.925	140.820.825,68
Total recuperado	404.084	346.203.321,39
Resultado percentual (Comunic. x recuperado)		5,37

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

A GBRAT, por força de suas atribuições regimentais, desenvolve também ação de análise dos processos julgados pelo TARF e posterior envio de intimação aos contribuintes autuados quanto ao montante de crédito a ser pago após o trânsito em julgado administrativo.

Em 2017, foram intimados 281 contribuintes perfazendo o valor de R\$ 554.635.381,75, conforme registrado no quadro abaixo:

	Qt. Acum.	Valor acumulado (R\$)
Notificações e intimações	281	554.635.381,75
Valor recolhido ou parcelado	25	914.937,78
Resultado percentual (Notific. x recolhido)		0,16

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

Destacamos também a participação da CBRAT em vídeo conferências realizadas pelo CRC, direcionadas a contadores, sobre o DIFAL do Simples Nacional e do Comércio Eletrônico e sua operacionalização.

Sobre o mesmo tema, equipes da CBRAT ministraram treinamento a servidores da COATE e palestra durante o "Ciclo de Discussões Tributárias" patrocinado pelo TARF.

Em 2017, por força do Decreto nº 38.527 de 03/10/2017, ocorreu a transformação da Agência de Atendimento do Núcleo Bandeirante em Agência de Recuperação de Crédito e Atendimento - AGREC, subordinada à CBRAT.

Essa nova Agência foi criada com o objetivo de implementar a cobrança administrativa de créditos tributários, por meios eletrônicos e ligações telefônicas, dispondo de equipe de atendentes para efetuar ligações telefônicas ativas e receptivas, conforme estratégias pré-definidas, segmentadas por tipo de tributos, contribuintes e prazos de inadimplência, além de orientar os contribuintes sob ação de cobrança quanto ao cumprimento das obrigações tributárias e à utilização dos serviços disponibilizados pela Subsecretaria da Receita.

Neste escopo, foram iniciados, no mês de outubro, os trabalhos de cobrança de débitos identificados pelo Rito Especial e do IPVA/2017 e, em novembro, os débitos referentes a parcelamentos em atraso, com os seguintes resultados:

AGREC	Valor Cobrado (R\$)	Valor recuperado (R\$)	% Recuperação
IPVA 2017	63.793.840,63	16.075.512,47	25,20
Parcelamento	1.493.044,84	770.696,82	51,62
Rito Especial	15.919.054,25	169.255,78	1,06

Fonte: Relatórios Gerenciais SITAF: GBRAT/CBRAT

No âmbito do PROFISCO, a CBRAT vem conduzindo o desenvolvimento, pela fábrica, dos sistemas previstos no projeto visando uma maior automatização dos processos de trabalho da CBRAT e sua integração com os demais sistemas da SEF, o que irá conferir maior

2017

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	35.368	403.235.083,35	372.336.807,27
ITCD	19.898	159.736.802,90	137.020.001,33
TOTAL	55.266	572.971.886,25	509.416.808,60

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT - Base SITAF

As áreas construídas e áreas de terrenos foram identificadas pelo Mapeamento Aerofotogramétrico Cadastral, de acordo com o Sistema Cartográfico do Distrito Federal - SICAD, referenciado ao Sistema SIRGAS 2000, executado pelo Contrato nº 02/2016-ACJUR/TERRACAP, celebrado em 19/01/2016, e incluídos no lançamento do IPTU para o exercício de 2017.

RECEITA ADMINISTRATIVA	RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO DE IMPRÓPRIOS E BENS URBANOS DO DISTRITO
1. 1.000	3.102
2. 2.000	2.000
3. 3.000	2.000
4. 4.000	2.000
5. 5.000	2.000
6. 6.000	2.000
7. 7.000	2.000
8. 8.000	2.000
9. 9.000	2.000
10. 10.000	2.000
11. 11.000	2.000
12. 12.000	2.000
13. 13.000	2.000
14. 14.000	2.000
15. 15.000	2.000
16. 16.000	2.000
17. 17.000	2.000
18. 18.000	2.000
19. 19.000	2.000
20. 20.000	2.000
21. 21.000	2.000
22. 22.000	2.000
23. 23.000	2.000
24. 24.000	2.000
25. 25.000	2.000
26. 26.000	2.000
27. 27.000	2.000
28. 28.000	2.000
29. 29.000	2.000
30. 30.000	2.000
TOTAL	310.000

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT - Base SITAF

Constatamos cerca de 4.000 (quatro mil) imóveis que constavam empresas instaladas e sem área construída nos imóveis. Oficiamos as Administrações Regionais para nos enviarem cópia dos alvarás de construção e/ou habite-se. Essa fiscalização poderá resultar em cobrança retroativa de IPTU de cerca de 40 milhões de reais, as quais já iniciamos as cobranças, conforme quadro abaixo:

NOTICADO/SUJEITO PASSIVO	VALOR (R\$)
SISTEMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	2.759.532,23
ASSOCIAÇÃO DOS ADQUIRENTES DO EDIFÍCIO VICTORIA FLAT	915.322,68
BVS PARTICIPAÇÕES S/A	405.220,16
PARQUE SAÚDE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA S/A	627.622,47
CONSTRUTORA LUNER LTDA	1.720.104,75
CONSTRUTORA LUNER LTDA	114.104,42
FIDELITY INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES INCORPORAÇÕES	1.453.318,29
DE CENTURY MALLS S/A	1.262.740,20
SÃO LUIS ADMINISTRAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIO	1.262.360,00
CLX - INCORPORADORA LTDA	224.624,23
ESPACO Y ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS AS	331.213,85
SEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS	445.494,02
PROSPERITY IMOBILIÁRIA LTDA	40.352,20
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO EDIFÍCIO COSTA VERDE	256.852,50
GRUPO OM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	181.570,75
REDE D'OR SÃO LUIS S/A	248.028,92
ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E PROMITENTES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL FLORENCE	105.184,87
CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL	843.675,45

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT - Base SITAF

Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa

As atividades da Gerência de Controle da Arrecadação e do Cadastro da Dívida Ativa, à qual estão subordinados o Núcleo de Gestão do Cadastro da Dívida Ativa (NUDAT) e o Núcleo de Controle da Arrecadação (NUCAR), compreendem:

- O controle da arrecadação tributária do Distrito Federal;
- O gerenciamento dos convênios e contratos de prestação de serviços de arrecadação;
- O gerenciamento da inscrição de débitos na Dívida Ativa do Distrito Federal, bem como o exercício do controle sobre a situação desses débitos;
- A prestação de informações à Procuradoria-Geral do Distrito Federal quanto ao cadastro da dívida ativa para ajuizamento e execução.
- O atendimento a demandas relacionadas a correção de dados relacionados a arrecadação, bem como a dívida ativa.

IPU
Lançamento do exercício de 2016

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
917.006	917.006	1.145.457.445,77	702.404.993,03

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT e Base SITAF

O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP, para comparação com 2017.

IPU
Lançamento do exercício de 2017

Total de imóveis do cadastro	Quantidade de imóveis tributados	Total do IPTU lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
945.216	945.216	1.299.166.363,82	721.653.416,52

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT e Base SITAF

O total do lançamento inclui os imóveis da TERRACAP, para comparação com 2017.

IPVA
Lançamento do exercício de 2016

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.217.502	1.152.150	R\$ 1.067.801.350,70	914.937.459,52

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT e Base SITAF

Para comparação com 2017.

IPVA
Lançamento do exercício de 2017

Total de veículos do cadastro	Quantidade de veículos tributados	Total do IPVA lançado (Excluídos os não tributáveis)	Valor da arrecadação
1.257.655	1.217.224	1.151.750.785,20	1.027.969.289,69

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT e Base SITAF

Para comparação com 2017.

Imposto sobre a transmissão (ITBI e ITCD)

2016

	Quantidade de transações tributadas	Imposto lançado	Total da receita (com acréscimos)
ITBI	40.977	375.321.065,97	321.892.222,15
ITCD	19.722	156.414.457,58	108.457.218,21
TOTAL	60.699	541.735.523,55	430.349.440,36

Fonte: Relatórios Gerenciais CCALT e Base SITAF

Para comparação em 2017

emitidas no Distrito Federal em 2017:

Mês/Ano	Qtd total de emissores	Qtd total de notas autorizadas
01/2017	33.985	3.718.173
02/2017	34.581	3.359.045
03/2017	36.639	4.124.943
04/2017	35.891	3.570.221
05/2017	37.723	4.089.525
06/2017	38.109	3.991.447
07/2017	38.827	3.978.063
08/2017	39.551	4.134.205
09/2017	40.398	4.009.654
10/2017	41.526	4.232.822
11/2017	38.881	3.104.719
12/2017	42.611	4.193.026

Fonte: Relatórios Gerenciais GEIND/CALY Base SITAF e SIGEST

Quanto à recepção dos Livros Fiscais Eletrônicos, estão discriminadas abaixo as quantidades de declarantes e livros fiscais transmitidos:

Mês/Ano	Número de contribuintes	Qtd livros processados com sucesso	Qtd livros rejeitados
01/2017	75.967	126.723	11.434
02/2017	64.369	88.920	7.207
03/2017	79.439	133.397	12.305
04/2017	69.919	98.735	8.882
05/2017	82.213	126.807	14.482
06/2017	80.757	114.796	11.431
07/2017	79.902	111.747	10.595
08/2017	84.653	127.454	12.743
09/2017	80.652	111.845	11.041
10/2017	85.832	120.916	13.700
11/2017	77.419	108.922	7.153
12/2017	78.150	109.871	7.399

Fonte: Relatórios Gerenciais GEIND/CALY SIGEST

Gerência de Execução de Projetos Especiais – GEPES

A GEPES é responsável pelo Programa Nota Legal sendo de sua alçada a administração de todas as dúvidas e reclamações do Programa (via SIGAC, e-mail e telefone) advindas, principalmente, de problemas na contabilização de créditos originados de documentos fiscais e também de indicações de créditos para abatimento em IPVA e IPTU, bem como para depósito em conta.

Realiza ainda seguintes atividades: bloqueio preventivo, efetuando pesquisas na busca de indícios de fraude na apropriação de créditos; geração e gerência de autos de infração, bem como suas pertinentes impugnações; desenvolvimento, implementação e administração de tudo que se refere ao Sorteio.

Gerência de Cadastro Fiscal - GECAF

Unidade responsável pela gestão, tratamento e disponibilização dos dados referentes ao Cadastro Fiscal dos Contribuintes do Distrito Federal, interagindo com os demais setores da Subsecretaria da Receita e órgãos externos que utilizam as informações disponibilizadas no Sistema.

Ações relacionadas à Gerência de Cadastro Fiscal estão focadas em manter os dados cadastrais de pessoas jurídicas o mais próximo possível daqueles arquivados no órgãos de registro (Junta Comercial do DF, cartórios de registro de pessoas jurídicas e OAB).

Registramos no quadro abaixo, o resumo das principais atividades desenvolvidas de registros e alterações cadastrais realizadas até o mês de dezembro de 2017.

TIPO DA AÇÃO	MOTIVAÇÃO	QTD DE OCORRÊNCIAS
Alterações Cadastrais	Atualização dos dados empresariais no Cadastro Fiscal do Distrito Federal	42.201
Baixa de inscrição via Sistema RLE	Solicitação de baixa integrada com todos os órgãos intervenientes (JCDF, RFB e SEFAZ/DF)	8.344
Baixa de inscrição via processo (físico/verbal)	Baixa de inscrição de Empresas ainda não atendidas pelo Sistema RLE (Filiais, S/A, Cooperativas, Registradas em Cartório e OAB)	2.345
Inscrições concedidas presencialmente	Empresas que solicitaram a inscrição via processo físico (JCDF, Cartórios e OAB)	3.610
Inscrições concedidas via Sistema RLE	Empresas em que os registros foram concedidos de forma integrada	8.656

Fonte: Relatórios Gerenciais GEPES/CALY

Destaca-se, que, no ano de 2017 teve um avanço significativo a implementação do Sistema

Considerando que a maioria das demandas atendidas pelo NUCAR/GEDAT visam a correção de pagamentos, esta Gerência, em conjunto com a CBRAT, desenvolveu um novo sistema de emissão de DAR Avulso pela Internet, o que, esperamos, reduzirá, e muito, a ocorrência de pagamentos incorretos pelos contribuintes. O novo sistema entrou em produção na segunda quinzena de Dezembro/2017, porém ainda não há dados sobre o impacto na ocorrência de pagamentos incorretos.

Apresentamos a seguir, os dados relativos à Dívida Ativa do Distrito Federal, com a movimentação havida no período de Janeiro a Dezembro/2017:

		TRIBUTÁRIA AJUZADA	NÃO TRIBUTÁRIA AJUZADA	TRIBUTÁRIA NÃO AJUZADA	NÃO TRIBUTÁRIA NÃO AJUZADA
VALORES ATENDIDOS (DÉBITOS)	QUITE CDAS	1.008.104	40.633	680.720	8.822
	VALORES (R\$)	20.730.420.846,70	1.180.039.054,72	3.212.708.124,72	86.901.683,10
ACRÉSCIMOS LEGAIS (P)	VALORES (R\$)	1.137.038.145,74	75.871.811,05	446.034.970,27	14.267.783,78
AJUZAMENTOS E INSCRIÇÕES (P)	QUITE CDAS	270.152	9.637	677.643	4.781
	VALORES (R\$)	2.871.969.767,80	180.929.134,01	1.186.440.040,87	130.276.505,82
RESCISÃO DE SUSPENSÃO (P)	QUITE CDAS	14.474	8.262	28.678	148
	VALORES (R\$)	363.645.470,20	58.947.770,53	190.745.137,38	6.741.477,34
REINSCRIÇÕES (P)	QUITE CDAS	8.262	179	343	89
	VALORES (R\$)	158.574.283,82	54.300.288,02	120.740.042,87	6.428.257,00
PARCELAMENTOS (P)	QUITE CDAS	28.878	9.161	29.238	81
	VALORES (R\$)	226.411.476,58	1.846.071.51	30.004.144,41	221.918,38
CANCELAMENTOS (P)	QUITE CDAS	29.638	868	12.977	771
	VALORES (R\$)	624.887.878,87	31.287.744,57	422.941.041,37	26.864.903,77
BAIXA (P)	QUITE CDAS	130.081	1.434	219.704	501
	VALORES (R\$)	888.369.823,01	7.018.905,78	129.118.740,99	9.908.136,80
APRÓPRIOS (P)	QUITE CDAS	0	0	270.162	3.837
	VALORES (R\$)	0,00	0,00	2.671.940.067,00	180.028.034,01
PRECATÓRIOS AJUZADOS (REG. AUT. 198 DA CF/88)	QUITE CDAS	0	0	0	0
	VALORES (R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (2017/2017)	QUITE CDAS	1.732.156	40.719	1.209.970	14.716
	VALORES (R\$)	24.000.476.034,23	1.222.440.849,22	4.290.808.213,74	132.748.040,18

Gerência dos Tributos Indiretos

Unidade responsável pela gestão, tratamento e disponibilização das informações relacionadas aos documentos fiscais eletrônicos e às declarações econômico fiscais

Dentre as principais ações relacionadas ao Cadastro Fiscal do DF, destaca-se a Depuração Cadastral, que consiste em um conjunto de levantamentos sistêmicos para promover a alteração em massa da situação cadastral dos contribuintes. Essa alteração pode implicar medidas punitivas para o contribuinte (ex: suspensão ou cancelamento da inscrição) ou automatização de procedimentos visando à diminuição de processos em papel (ex: baixa automática de contribuintes cancelados há mais de 5 anos). O Quadro abaixo apresenta resumo das atividades de depuração cadastral executadas em 2017.

A seguir apresentamos o lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido pelos profissionais autônomos concernente aos anos de 2016 e 2017, conforme descrito abaixo:

ISS AUTÔNOMOS 2016

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2016	Valor pago até 31/12/2016	% inadimplência
Nível médio	3.388	3.430.457,80	2.614.243,35	774.900,51	70,36%
Nível superior	4.863	10.015.478,29	7.500.425,54	3.957.557,51	47,24%
TOTAL	8.251	13.509.976,09	10.113.676,28	4.732.458,42	53,22%

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCAL - Base SITAF e SIGEST

ISS AUTÔNOMOS 2017

	Quantidade de profissionais inscritos/lançados	Valor total Lançado	Valor total vencido até 31/12/2017	Valor pago até 31/12/2017	% inadimplência
Nível médio	3.313	3.517.252,88	2.651.998,00	779.279,58	71,08
Nível superior	4.816	9.590.267,32	7.421.382,01	3.672.202,57	47,82
TOTAL	7.929	13.607.508,20	10.112.780,01	4.650.482,55	54,01

Fonte: Relatórios Gerenciais: GEIND/CCAL - Base SITAF e SIGEST

A GEIND também detém as atribuições relativas controle das informações fiscais prestadas pelos contribuintes, que incluem a emissão de documentos fiscais e a escrituração fiscal eletrônica.

Segue abaixo quadro que mostra a evolução da quantidade de Notas Fiscais Eletrônicas

Atendimento Presencial X Remoto

Ano	Canal	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total Anual
2016	Remoto	170.234	165.953	158.214	155.391	659.792
	Agências/CAEMI	120.949	101.801	89.220	99.792	391.762
	TOTAL	291.183	267.754	247.434	255.183	1.051.554
2017	Remoto*	198.841	193.324	203.318	191.131	783.614
	Agências	98.691	52.362	89.575	80.458	360.786
	TOTAL	295.532	245.386	292.893	271.589	1.144.400

Fonte: Banco de Dados da CO-CAETE nº 36/2007 e AGREM
CAEMI: Extinta em 04/2017
Agência Banderantes: Extinta em 10/2017

Comparativo atendimentos Remoto x Agência x Na Hora - 2010 a 2017



CAEMI/GECAF: Inscrições e alterações no Cadastro Fiscal do DF

A CAEMI foi o setor da COATE responsável pela realização do cadastro e alteração do CF/DF até o mês de Abril de 2017. Nesta data, esta unidade foi transferida para outra Coordenação, a CCALT, sob a sigla GECAF, que publicou na Internet os dados do quadro abaixo.

Mês	Quantidade de Inscrições	%	Quantidade de Alterações	%	TOTAL
1	274	7,12 %	2.363	8,68 %	2.637
2	286	7,43 %	2.702	10,19 %	2.988
3	330	8,67 %	3.365	12,49 %	3.695
4	229	5,92 %	2.435	9,17 %	2.663
5	274	7,12 %	3.124	11,77 %	3.398
6	317	8,23 %	3.368	11,33 %	3.685
7	292	7,61 %	2.822	10,67 %	3.114
8	340	8,81 %	3.725	14,03 %	4.065
9	334	8,68 %	3.949	14,42 %	4.283
10	429	11,06 %	2.712	10,22 %	3.141
11	314	8,15 %	2.968	11,04 %	3.282
12	415	10,78 %	1.768	6,65 %	2.183
TOTAL	3.650	100,00 %	26.542	100,00 %	30.192

Fonte: Planilhas de Cadastro Fiscal publicadas no site da SEF-DF

GESTÃO FINANCEIRA

Despesa Pública

Para o acompanhamento da despesa pública são observadas as seguintes atribuições:

- Elaboração da programação financeira anual;
- Execução e controle da programação financeira;
- Análise e controle das folhas de pagamentos de pessoal custeadas com recursos do Tesouro;
- Análise e controle da programação financeira para o repasse dos recursos financeiros da administração indireta, entidades dependentes do Tesouro, (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas);
- Liberação dos limites financeiros programados a liquidar no início de cada mês corrente conforme o cronograma mensal de desembolso, e também solicitados pelas Unidades Gestoras por meio de ofícios e mensagens no Comunica/SIGGo;
- Emissão de pareceres (financeiros e sobre outros aspectos pertinentes às normas

RLE – Sistema de Registro de Licenciamento de Empresas, iniciado no final de 2015. Esse fator permitiu a integração dos processos de Registro mercantil das empresas na Junta Comercial, concessão de CNPJ e inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, de empresas de natureza jurídica Limitada, Eireli e de empresas individuais. Da mesma forma, permitiu a integração dos procedimentos de baixa dos registros mercantis das empresas registradas na Junta Comercial do Distrito Federal desses mesmos tipos jurídicos.

Todavia, dadas algumas deficiências verificadas na operacionalização das atividades do sistema RLE, tais como: falta de manutenção, custos e morosidade na implementação da atividade de sistematização dos processos de alterações cadastrais, o órgão gestor do Sistema - Junta Comercial, subordinada ao MDIC – juntamente com os demais integrantes (Secretaria da Fazenda, SEDICT, órgãos responsáveis pelo licenciamento das empresas e o SEBRAE) optaram para migrar o Projeto para o Sistema JUNTA DIGITAL, desenvolvido pela JUCEMG e já utilizado por mais 7 Estados, com o objetivo de inserir o DF na arquitetura proposta pela REDESIM, o que deverá estar concluído até o final de 2017. Vislumbra-se, com isso, que todos os processos vinculados a qualquer tipo de empresa sejam disponibilizados apenas na forma digital, em todas as esferas de tramitação.

Coordenação de Atendimento ao Contribuinte - COATE

Ações desenvolvidas com o objetivo primordial de prestar um atendimento de qualidade cada vez melhor aos cidadãos que procuram a Subsecretaria da Receita, com destaque para a ampliação da oferta de serviços pela internet.

Atendimento virtual

Eventos - atendimentos virtuais	2016	2017
Central - 158 (atendimentos por telefone)	301.772	333.304
AGREM	110.200	120.401
Agência@net (serviços)	101.346	69.960
Nota Fiscal Avulsa – SENFA	146.474	259.949
Total	659.792	783.614

Fonte: AGREM, exceto os serviços da Agência@net cujos dados foram extraídos do site da SEF/DF. Obs.: Os dados dos serviços da Agência@net estão disponibilizados no site da SEF/DF e os serviços disponibilizados na área pública da página da SEF na internet não são quantificados e, portanto, não foram contabilizados acima.

Arrecadação promovida pela Agência de Atendimento Empresarial

ITEM	ARRECADAÇÃO
Pagamentos efetivados em decorrência de cobranças PRO-DF	427.337,04
Pagamento decorrente de Notificações de Lançamento PRO-DF	35.932,17
Crédito constituído por Notificações de Lançamento - PRO-DF e FIDE	83.436.696,04
Convênio ICMS 94-06 – alienação veículos locadoras	0,00
TOTAL	83.959.875,05

Fonte: Relatório Geral AGEMP/COATE

NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO AGEMP - 2017*				
EMPRESA	VAL. ORIG. R\$	SITUAÇÃO	CDA Nº	VAL. PAGO (R\$)
A. TELECOM TELEFONIA LTDA	36.902,91	PAGO		36.902,91
MICROLOCO INF. E TEC. LTDA	06.809,50	INSC. EM DAT	5018777430 e 5018777417	0,00
TOTAL CENTER REFRIG. LTDA	233.180,97	INSC. EM DAT	50187676193 e 50187676067	0,00
SUPERVIDA DISTRIBUID. LTDA	251.332,47	INSC. EM DAT	50187579150, 50187579169 e 50187579177	0,00
DURANMAR IND. E COM. LTDA	186.716,64	INSC. EM DAT	5018781553	0,00
STACATTO IND. & COM. DE MOV.	1.384.209,79	INSC. EM DAT	50187901643	00-não pago
GLOBALBEV - NL 2 8912017	2.610.846,78	Aguardando		
GLOBALBEV - NL 2 8912017	19.088.053,38	Aguardando		
STACATTO - 2 9130017	838.438,47	Aguardando		
AMDEV S.A. - 2 9122017	49.131.991,26	Aguardando		
GLOBALBEV - 2 9112017	12.177.763,56	Recusado		
Total de 2017	82.521.549,91			35.902,17

Fonte: Relatórios Operacionais AGEMP
*Dados acumulados até janeiro e dezembro de 2017

financeiras), em processos enviados à SUTES pelos diversos órgãos/entidades do complexo administrativo do GDF;

- Ajuste periódico da programação financeira, visando adequar o cronograma de desembolso à execução orçamentária;
- Orientação técnica às Unidades Gestoras sobre aspecto da gestão da despesa pública, no que tange às normas de execução financeira em vigor. Para tanto, os meios utilizados são: mensagens via SIGGo, contatos telefônicos e pessoalmente, despachos em processos.

Programação Financeira

Para viabilizar o cumprimento das metas fiscais e efetivo controle das finanças públicas, foi editado o Decreto nº 37.979, de 26/01/2017, aprovando os limites anuais e mensais da programação financeira de 2017, para o Poder Executivo do Distrito Federal, estabelecendo cronograma para pagamento de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida consolidada, conforme valores detalhados nos Anexos II a VII do citado decreto.

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do DF e o ajuste do fluxo de gastos previstos na Lei Complementar nº 101/2000; visando a redução do custo da máquina Pública; objetivando o funcionamento contínuo dos serviços públicos, a manutenção das obras e investimentos, bem como a preservação dos empregos públicos e, ainda, o pagamento a fornecedores e aos servidores públicos do Distrito Federal, foi criada em 2015 e ainda continua em vigor, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (GOVERNANÇA-DF), conforme Decreto nº 36.240, de 02/01/2015.

Os limites anuais e mensais da Câmara Legislativa, do Tribunal de Contas do DF e da Defensoria Pública do DF, foram programados no SIGGO na proporção de duodécimos das dotações orçamentárias autorizadas na LOA/2017 (Lei nº 5.796, de 29/12/2016), em atendimento ao art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 83 da LDO/2017 (Lei nº 5.694, de 02/08/2016), que estabelecem o repasse financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com critérios estabelecidos entre os Poderes Executivo e Legislativo. As dotações autorizadas para as unidades orçamentárias que compõem a função legislativa na LOA/2016 (CLDF e TCDF), portanto, o Poder Legislativo, representa o valor total de R\$ 1,049 milhões.

A Coordenação de Programação Financeira - COFIN procedeu a reestimativa com fundamento no histórico real de arrecadação do quadriênio 2013 a 2016 e assinalou para uma frustração em torno de 134,3 milhões para receitas não tributárias (não estimadas pela AEF/GAB/SEF).

Para os órgãos do Poder Executivo foram programados, conforme Quadro 1, abaixo, um total de R\$ 24.644.619.034, nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5 e 6, de um total de R\$ 28.869.984.200 das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2017, incluindo a Reserva de Contingência (grupo 9) e o Poder Legislativo.

Fundo Constitucional do Distrito Federal

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) teve, inicialmente, dotação para 2017 no valor de R\$ 13.189.779.861,00, conforme previsto na Lei Orçamentária da União - LOA, Lei nº 13.414, de 10/01/2017, publicada no DOU nº 8, 11/01/2017, Seção 1. A partir de janeiro de 2017, em face da determinação contida no Acórdão nº 2334/2016-TCU-Plenário, as áreas de saúde e educação passaram a executar seus orçamentos no Sistema Integrado



de Administração Financeira (Siafi), sistema federal.

A tabela abaixo demonstra, por área, grupo de natureza de despesa e outros benefícios, a dotação inicial e o cenário final do orçamento do FCDF em 2017:

Em R\$ 1,00				
ÁREA	DESPESA	VALOR INICIAL	VALOR FINAL	%
Segurança	Pessoal	8.098.019.461	6.110.537.490	0%
	Outros Benefícios	309.133.620	244.984.212	21%
	Custeio	1.134.008.489	1.154.508.361	2%
	Investimento	252.681.347	81.102.810	68%
	SUBTOTAL	7.793.840.917	7.591.232.873	-3%
Saúde e Educação	Pessoal - Educação	2.187.139.011	2.662.591.160	21%
	Pessoal - Saúde	2.590.875.329	2.953.021.560	14%
	Custeio - Educação	351.352.243	0	-100%
	Custeio - Saúde	220.572.361	21.756.540	-90%
	SUBTOTAL	5.349.936.944	5.637.371.260	4%
TOTAL FCDF		13.143.777.861	13.228.604.133	-

Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2017.

A coluna dos percentuais refletem os remanejamentos efetuados no decorrer do exercício/2017 entre a dotação inicial e a final, onde se verifica que houve decréscimos para alguns grupos de despesas e acréscimos em outros.

Os dados supracitados demonstram que o maior impacto relativo às alterações solicitadas pela Unidades Gestoras foram remanejamento da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) e Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), onde se pode observar que foi remanejado quase a totalidade do custeio para pessoal.

No exercício/2017, os remanejamentos orçamentários solicitados e autorizados pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA/MF) alcançaram o montante de R\$ 2.229.311.347,00, correspondendo alteração no orçamento inicial em torno de 17%, sendo: R\$ 1.018.285.328,00 para a área de segurança pública e R\$ 1.211.026.019,00 para assistência financeira à execução de serviços públicos de educação e saúde.

Do montante acima remanejado na área de segurança pública foi para atender pessoal inativo/pensão em virtude das demandas de reservas (aposentadorias) dos militares e aposentadorias dos policiais civis realizadas no decorrer do exercício/2017, correspondendo valor de R\$ 789.322.763,00, equivalente 77,51%.

Análise de processos e documentos que demandam recursos

Em 2017, foram emitidas, aproximadamente, 65 (sessenta e cinco) manifestações em instrução processual, referentes a aspectos orçamentário e financeiro dos pleitos oriundos das Unidades Gestoras que compõem o FCDF, submetidos à apreciação e deliberação da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF), tendo em vista regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 01/2016 editada pela mesma.

Série histórica de aportes anuais do FCDF

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO FCDF - 2003-2017					
Ano	Orçamento Autorizado FCDF	Dotação		%	
		Segurança	Educação e Saúde	Segurança	SE
2003	3.356.357.963	1.700.764.243	1.655.418.629	51	49
2004	3.975.024.180	1.907.137.692	2.067.786.493	48	52
2005	4.449.770.076	2.143.170.076	2.306.600.000	48	52
2006	5.267.056.492	2.543.406.940	2.723.649.552	48	52
2007	6.084.080.102	2.968.426.603	3.115.653.499	49	51
2008	6.595.079.327	3.144.122.562	3.450.956.765	48	52
2009	7.604.910.606	3.819.107.687	3.785.802.919	52	48
2010	7.985.271.324	4.090.142.234	3.895.129.090	53	47
2011	8.748.271.597	4.675.905.927	4.072.365.670	53	47
2012	9.367.087.188	4.867.447.032	4.500.640.156	49	51
2013	10.094.938.470	5.009.777.600	5.085.160.870	48	52
2014	11.004.770.527	5.420.547.818	5.584.222.709	47	53
2015	12.096.941.238	6.206.506.536	5.890.434.702	51	49
2016	12.017.318.261	6.739.110.380	5.278.207.881	50	50
2017	13.218.604.133	7.591.232.873	5.627.371.260	57	43
Total	123.680.702.152	63.632.760.367	60.047.921.413	51	49

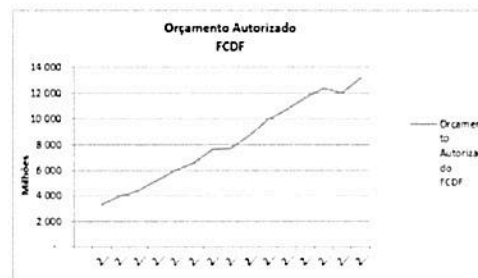
Fonte: SIAFI. Dados referentes ao período de janeiro a dezembro/2017.

Obs: 1 - Segurança = Segurança Pública; Obs: 2 - SE = Estado de Educação

A série histórica do FCDF demonstra que as dotações autorizadas para as áreas de segurança pública e assistência financeira à educação e saúde vêm se comportando de forma equilibrada desde o ano de 2003. Destacando-se que as correções feitas, ao longo dos anos, no valor original do fundo (base de cálculo para 2003: R\$ 2.900.000.000,00),

têm proporcionado distribuição equânime dos recursos entre as áreas, com flutuação de valores ora para mais, ora para menos, porém, sem perda da essência e finalidade a que se propõe o FCDF. Ressaltando-se que, nos últimos 3 (três) anos, a área de segurança pública tem recebido mais recursos que as áreas de educação e saúde, ou seja, tem-se priorizado uma em detrimento das demais.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento dos orçamentos autorizados para o FCDF até 2017. A trajetória da curva demonstra que houve crescimento constante nos aportes anuais de recursos até 2008, com estagnação no período de 2009 a 2010, voltando a crescer no período 2011 a 2015, porém, ocorrendo sensível perda ou retração em aproximadamente 3,0826% em 2016 e retornando seu crescimento em 2017.



Prestação de contas anual

O FCDF, Órgão (25915), Unidade Orçamentária (73901) e Unidade Gestora central (170392) do MF, é composto pelas seguintes Unidades Gestoras executoras (UGs): UG 170393 – PMDF; UG 170484 – Departamento de Gestão de Pessoal da PMDF; UG 170485 – Departamento de Saúde e Assistência de Pessoal da PMDF; UG 170394 – CBMDF; UG 170495 – Assistência Médica do CBMDF; UG 170395 – PCDF; UG 170397 – Secretaria de Estado de Saúde – SES; e a UG 170399 – Secretaria de Estado de Educação – SEE.

A partir da prestação de contas do exercício de 2015, após orientação e determinação do TCU, os relatórios das Unidades Gestoras da área de segurança pública passaram a ser encaminhados individualmente àquela Corte de Contas Federal, mantendo-se a sistemática anterior para as áreas de saúde e educação, ou seja, para estas Unidades Gestoras os dados e resultados das execuções orçamentárias e financeiras continuam constando do relatório de gestão da Unidade Gestora central 170392 do FCDF.

Em cumprimento as atribuições regimentais aprovados pelos artigos 103 a 105 do Decreto Distrital nº 35.565/2014, a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CFDCF, orienta e monitora as Unidades Gestoras que compõem o FCDF, no que tange a elaboração de proposta orçamentária, bem como na execução orçamentária, financeira e na prestação de contas anuais, visando assim alcançar os objetivos a que se propõe o FCDF.

Com a implantação do sistema Monitor Web-CGU em 2017, foram respondidas 12 (doze) Recomendações da Controladoria-Geral da União referente a gestão do Fundo Constitucional do DF.

Utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informação do GDF (SEI-GDF) a GECON procedeu análise e instrução processual de 64 (sessenta e quatro) processos em 2017, referentes a ressarcimentos, ajustes contábeis e orientações junto às Unidades que compõem o FCDF.

Instaurada Auditoria Operacional do FCDF em cumprimento ao Acórdão 2151/2017 – TCU, realizada em conjunto TCU e CGU para verificar a efetividade e sustentabilidade do FCDF, a GECON respondeu a 02 (duas) Solicitações de Auditoria – SA à CGU, Processo SEI nº 00040.00062758-2017-49, e 02 (dois) ofícios de requisição do TCU, Processo SEI nº 00040.00060806/2017-64.

No que diz respeito à cessão de servidores/militares cedidos e custeados com recursos do FCDF, o TCU editou o Acórdão 1774/2017 – TCU-Plenário determinando o retorno imediato dos mesmos, bem como os respectivos ressarcimentos de salários. No entanto, o GDF ingressou com recursos junto ao TCU solicitando reanálise da decisão visando alterar prazo

para cumprimento da mesma. O recurso foi acatado pelo TCU, que prorrogou por 60 dias o prazo para cumprimento do citado acórdão.

Com relação aos ressarcimentos, foram abertos os seguintes processos de cobrança:

- Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) – Processos SEI 00428.00003704/2017-15, 00054.00013636/2017-89, 0040.00062083/2017-38;
- Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) – Processo SEI 00053.00059216/2017-77;
- Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) – Processo SEI 00040.00061790/2017-15.

Foram adotados procedimentos junto às UGs do fundo visando orientá-las quanto ao correto lançamento no Siafi e contabilização das contas públicas em atendimento a legislação aplicável à matéria.

Dívida Pública e Ajuste Fiscal

A Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal - CODAF, criada pelo Decreto n.º 33.370, de 29/11/11, conta em sua estrutura com três Gerências: Controle da Dívida Pública Consolidada - GEDIP; Controle dos Passivos Contingentes – GECOP e de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal – GEPAF, para desenvolver atividades relacionadas à administração, controle e registro de contratos da dívida fundada e das operações de crédito, acompanhamento e coordenação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal-PAF e dos passivos contingentes do Distrito Federal.

No exercício de 2017, atuou na produção de diversos relatórios gerenciais e legais, relacionados à situação fiscal do Distrito Federal envolvendo a apuração do resultado primário e dos limites de endividamento do Distrito Federal, segundo metodologias definidas pela legislação em vigor e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, como também, no acompanhamento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF.

No desempenho de suas competências prestou, ainda, por força legal, informações sobre a evolução da dívida pública fundada, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Câmara Legislativa do DF e ao Tribunal de Contas do DF.

Além disso, atuou na elaboração das projeções e cálculos dos juros e amortizações da dívida pública fundada, do Pasep, que subsidiaram a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a proposta orçamentária e o demonstrativo da situação do endividamento, exigido pela Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 149, § 7º, inciso III.

Para subsidiar a captação de operações de crédito acompanha sistematicamente o Serviço Auxiliar para Transferências Voluntárias – CAUC.

Com a necessidade de garantir o cumprimento dos ditames da Lei Complementar 101/2000, elaborou quadros mensais, bimestrais e quadrimestrais sobre evolução da dívida pública e serviço da dívida da Administração Direta além de consolidar os quadros da Indireta, para publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Evolução da Dívida Pública Fundada

As informações contidas neste item referem-se à Dívida Pública Fundada do GDF administrada por esta Coordenação. Além desta, o GDF possui outras dívidas, quais sejam:

- Parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil pelos seguintes órgãos: NOVACAP e SAB;
- Precatórios administrados pela Procuradoria Geral do DF;
- Parcerias Público-Privadas.



Projeção do Serviço da Dívida

O pagamento do Serviço da Dívida Fundada em 2017 alcançou R\$ 443 milhões. A projeção para a liquidação total da dívida se estende até 2039. Observamos uma trajetória de crescimento até o ano de 2020, em função de liberações dos empréstimos.

Dentre os empréstimos externos, três encontra-se em fase de liberação, que são: Programa de Transporte Urbano do DF, Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades e Projeto de Desenvolvimento Fazendário - Profisco, contratados junto ao BID. Já os contratos de empréstimos internos em fase de liberação são:

Junto ao BNDES:

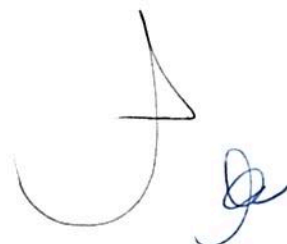
- Complementação de Fonte de Aquisição de Trens do Metrô e Construção de Terminais Rodoviários;
- Programas de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano – PROINVESTE.

Junto à CAIXA:

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Implantação de Sistema de Abast. de Esgotamento de Águas de Águas Lindas e Adjacências;
- Pró-Moradia para Infraestrutura e Saneamento do DF,
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Mestre D'armas;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Arapoanga;
- Pró-Moradia - Infraestrutura Urbanística e Assentamento de Sol Nascente/Ceilândia;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul;
- Implantação do Sistema de Produtor de Águas do Corumbá Sul - Complementação;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros – Eixo Oeste;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavim. Asfáltica no Setor Amiqueira – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Buritizinho - Sobradinho – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Vicente Pires – DF;
- Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica no Setor Habitacional Ribeirão - Porto Rico;
- Ampliação da DF – 047 para o acesso ao aeroporto;
- Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Sul - Pró-Transporte;
- Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC.

Junto ao Banco do Brasil:

- Empreendimento Residencial Parque do Riacho - 5ª Etapa - Riacho fundo II;
- Mobilidade Integrada;
- Infraestrutura Urbana e Social.



Assim, a partir de 2021, será retomada a trajetória de decréscimo conforme as projeções demonstradas, em valores correntes, no quadro a seguir:

Em R\$ 1.00

ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL	ANO	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2017	233.153	215.434	448.587	2029	322.332	84.536	406.870
2018	355.777	264.269	620.046	2030	237.349	77.312	314.661
2019	440.577	330.234	770.811	2031	229.409	62.527	291.936
2020	500.785	331.887	832.672	2032	227.737	47.940	275.686
2021	525.160	267.623	792.783	2033	184.012	32.859	216.871
2022	478.294	266.594	744.888	2034	155.105	19.173	174.278
2023	409.352	227.210	636.562	2035	114.930	9.284	124.214
2024	408.865	208.165	617.030	2036	64.356	2.563	66.919
2025	378.752	181.133	559.885	2037	8.270	368	8.638
2026	377.542	159.832	537.374	2038	8.270	221	8.491
2027	377.021	137.805	514.826	2039	4.135	44	4.179
2028	367.397	115.218	482.615	2040	0	0	0

Fonte: SIOGO

Estoque da Dívida Interna por Credor

A Dívida Fundada Interna é composta por trinta e cinco contratos, sendo um junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, referente ao refinanciamento da dívida, vinte e sete com a Caixa Econômica Federal, quatro contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e três junto ao Banco do Brasil – BB.

Além da Dívida Interna referente a operações de crédito, o GDF parcelou duas dívidas junto à Receita Federal do Brasil. Uma era da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, em liquidação, no valor de R\$ 19.420.445,53, que foi assumida pelo DF, baseada na Lei 5.565, de 09/12/2015, que transferiu para o GDF os direitos e obrigações. A outra dívida, no valor de R\$ 24.831.970,98, era da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Caso o DF não assumisse estas dívidas, ficaria impedido de renovar a Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

O Distrito Federal assinou, em 24 de março de 2016, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato 003/99, alterando as condições financeiras no âmbito da Lei Complementar nº 148/2014 - contrato da STN, reduzindo o saldo devedor em R\$ 339 milhões. Em 28 de dezembro de 2016, foi aprovada a Lei Complementar nº 156, que autorizou a prorrogação do prazo de pagamento do referido contrato em 20 anos. Para isso, o DF deveria ter assinado um termo aditivo até 23.12.2017, contudo não assinou o novo termo, e consequentemente não prorrogou o prazo de pagamento.

O estoque da Dívida do contrato da STN sofreu acréscimo, devido à elevação do IPCA no decorrer do ano. A dívida com a CAIXA e BB sofreu acréscimo em função dos desembolsos das operações. A STN é credora de 34%, o BNDES de 10%, o BB de 25%, a CAIXA de 30% e a Receita Federal do Brasil de 1%.

Conforme quadro abaixo, estão descritas as dívidas por valores correntes, junto às Instituições:

R\$ Milhões

CREADOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017
STN	1.192,0	1.211,8	1.211,0	1.280,3	1.052,4	1.117,1
BNDES	278,0	254,0	396,6	363,5	342,1	321,5
BB	0	0	0	553,7	487,4	814,9
CAIXA	465,1	631,9	907,3	952,2	945,0	1.006,2
RFB	0	0	0	0	36,6	31,5
TOTAL	1.935,1	2.097,7	2.614,9	3.149,7	2.863,5	3.291,2

Estoque da Dívida Externa por Credor

A Dívida Fundada Externa refere-se a seis contratos, sendo quatro contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dois junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Houve uma redução da dívida, em valores correntes, em virtude das amortizações ocorridas no período.

R\$ Milhões

CREDOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017
BID	500,7	552,5	538,4	845,1	672,3	654,3
BIRD	123,2	132,7	136,9	131,2	134,5	119,5
CAF	2,1	2,4	0,9	0,0	0,0	0,0
TOTAL	646,0	687,6	736,2	1.026,3	806,8	773,8

Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da Dívida Interna

Em 2017, as despesas com serviço da Dívida Interna do Distrito Federal (administração direta) foram de R\$ 227,5 milhões com amortização e R\$ 215,4 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 442,9 milhões em valores correntes.

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA

CREDOR	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E
STN	39,3	71,9	44,4	79,0	49,8	74,8	56,2	79,8	29,9	18,3	14,2	15,5
ENDES	42,5	23,6	24,0	19,3	25,1	16,9	34,3	28,3	36,5	26,3	37,6	24,5
CAIXA	15,5	29,8	17,0	49,4	25,9	71,6	52,0	84,6	64,0	85,8	72,9	82,2
BB	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	14,5	2,3	32,4	26,5	47,8
Parceiros RFB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,7	1,7	5,2	1,3
TOTAL	97,4	125,3	85,4	147,7	100,8	163,3	142,5	204,2	138,4	164,3	155,3	191,3

Serviço da Dívida Externa

As despesas com o serviço da Dívida Externa do Distrito Federal foram assim distribuídas: R\$ 68,3 milhões com amortização e R\$ 24,1 milhões com juros e encargos, perfazendo um total de R\$ 92,4 milhões, em valores correntes:

R\$ Milhões

PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA			
ANO	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOTAL
2012	38,0	11,5	49,5
2013	57,1	12,2	69,3
2014	65,2	12,5	77,7
2015	73,4	18,0	91,4
Até ao Gráfico	58,6	18,3	76,9
2017	68,3	24,1	92,4

Liberações de Operações de Crédito

Em 2017, foram liberados R\$ 517,2 milhões em operações de crédito, para os seguintes contratos:

CAIXA – Implantação do Sistema de Abastecimento de água de Águas Lindas e Adjacências R\$10.119.651,03; Implantação do Sistema de Esgotamento de Águas Lindas R\$6.682.853,13; Programa Pró-Moradia - Obras de infraestrutura e saneamento - Sol Nascente R\$13.288.374,04; Implantação de Sistema Produtor de Água do Corumbá Sul e Complementação R\$21.508.093,23; Implantação do Sistema de Transporte de Passageiros Eixo Oeste R\$778.524,29; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Amiqueira R\$38.557,51; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Buritizinho R\$8.752.323,28; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Vicente Pires R\$23.369.363,58; Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial e Pavimentação no Setor Habitacional Porto Rico R\$8.908.743,14; Ampliação da DF 047 R\$2.325.649,44; Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC – CPAC R\$3.462.774,80 e Programa Nacional de Apoio à Gestão

Administrativa e Fiscal – PNAFM 2ª Etapa R\$ 30.600.000,00.

BNDES – Programa de Transporte Integrado, Mobilidade e Desenvolvimento Urbano - Proinveste R\$13.446.507,04.

BB – Mobilidade Integrada R\$ 49.975.0001,01 e Programa de Infraestrutura Urbana e Social R\$ 300.000.000,00;

Nos contratos da dívida externa as liberações ocorreram da seguinte forma:

BID – Programa de Transporte Urbano do DF R\$ 7.144.560,00; Programa de Desenvolvimento Econômico do DF – Procidades R\$4.699.221,20; e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – Profisco R\$ 12.115.005,03.

O quadro a seguir demonstra a evolução das liberações, em valores correntes, nos últimos 6 anos:

LIBERAÇÕES OCORRIDAS						
ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA INTERNA	191,6	181,2	451,1	557,9	80,9	463,3
DÍVIDA EXTERNA	21,7	9,2	25,8	22,8	19,2	23,9
TOTAL	213,3	190,4	477,9	580,7	100,1	517,2

Novas Operações de Crédito

Em 2017 não houve contratação de novas operações de crédito.


Quando das negociações de novos pleitos de operações de crédito interna e externa no decorrer de 2017, o anexo V, da 13ª revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve como base as previsões de novas operações de crédito a seguir discriminadas:

Operações de crédito externas

1. Brasília Sustentável II – BID, valor do financiamento: R\$390 milhões, para o período de 2017 a 2020;
2. Brasília Capital das Águas – FONPLATA, valor do financiamento: R\$151 milhões, para o período de 2018 a 2020;
3. PROCONFINS – BID, valor do financiamento: R\$376 milhões, para o período de 2020 a 2022.

Operações de crédito internas

1. CPAC São Sebastião Crixá - Caixa, valor do financiamento: R\$ 52 milhões, período de 2019 a 2021;
2. CPAC São Sebastião Nacional - Caixa, valor do financiamento: R\$ 46 milhões, período de 2019 a 2021;
3. CPAC Riacho Fundo II - 3ª etapa - Caixa, valor do financiamento: R\$ 18 milhões, período de 2018 a 2019;
4. CPAC Itapoã Parque - BB, valor do financiamento: R\$ 47 milhões, período de 2018 a 2020;
5. Obras Eixo Norte – BNDES, valor do financiamento: R\$ 322 milhões, para o período



de 2019 a 2022;

6. Aquisição de 10 Trens para o a Linha 1 do Metrô - BNDES, valor do financiamento: R\$ 220 milhões, para o período de 2018 a 2021;
7. Estação 104, 106 e 110 Sul Metrô - BNDES, valor do financiamento: R\$ 75 milhões, para o período de 2019 a 2021;
8. Pavimentação e Qualif. de Vias Urbanas Por do Sol - Caixa, valor do financiamento: R\$ 50 milhões, para o período de 2018 a 2020;
9. Modernização e Aparelhamento Defensoria Pública - BNDES, valor do financiamento: R\$ 7 milhões, período de 2019 a 2020;

Capacidade de Endividamento

Com relação à aprovação de novas operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização submetem-se aos ditames da Resolução 40 e 43 do Senado Federal de 2001. Os dados apurados da Capacidade de Endividamento são publicados anualmente no Balanço Geral do Distrito Federal.

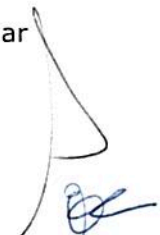
Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

No ano de 1999, o Governo do Distrito Federal refinanciou sua dívida fundada interna com a União, ao amparo da Lei 9.496/97, assinando o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal - PAF/DF, parte integrante do contrato de renegociação da dívida com previsão para o período de 30 anos. O PAF/DF é revisado anualmente com ações corretivas de ajuste fiscal ao longo do referido contrato.

O Programa prevê em sua revisão anual a definição de metas que envolvem o controle efetivo da execução da despesa e realização da receita pública, o cumprimento de compromissos e ações previstas, a elaboração de relatório anual com prazo de entrega para até 31 de maio de cada exercício. A última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF/DF, pelo Governo do Distrito Federal foi realizada em 20 de dezembro de 2016, para o período de 2016-2018.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN avalia, anualmente, a execução do programa de ajuste fiscal referente ao exercício anterior. Para o ano de 2016, o Distrito Federal apresentou os seguintes resultados:

1. Meta n.º 1: manter relação ajustada Dívida Financeira/Receita Líquida Real a 1; O DF cumpriu a meta com a relação de 0,22 da RLR.
2. Meta n.º 2: apresentar resultado primário deficitário em até R\$ 628 milhões; O DF apresentou resultado primário deficitário de R\$ 486 milhões, expurgadas receitas e despesas previdenciárias. Assim, dentro da meta estabelecida.
3. Meta n.º 3: limitar a despesa com pessoal a 60% da Receita Corrente Líquida; O DF cumpriu a meta com a relação de despesa com pessoal/RCL igual a 56,78%, excluídas as despesas previdenciárias.
4. Meta n.º 4: alcançar receita de arrecadação própria no valor de R\$ 13.218 milhões; O DF cumpriu a meta estabelecida, já que arrecadou receitas no montante de R\$ 13.418 milhões, excluídas as receitas previdenciárias, isto é, além da meta estabelecida em 200 milhões.
5. Meta n.º 5: meta estabelecida na forma de compromissos, com destaque para limitar



a relação de 43,65% para as Outras Despesas Correntes em relação à RLR; O DF apresentou o índice de 42,93% com Outras Despesas Correntes em relação à RLR, expurgadas receitas e despesas previdenciárias, ou seja, 0,72% menor ao projetado.

6. Meta n.º 6: limitar os gastos de investimentos e demais despesas de capital a 5,20% da Receita Líquida Real anual – RLR; O DF apresentou um índice de 4,58% para as despesas de investimentos em relação à RLR, 0,62% menor ao definido na meta.

De acordo com as indicações, decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas, de que houve o descumprimento das metas 1 e/ou 2 do Programa, o Distrito Federal terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa. Contudo, em 2016, o DF cumpriu todas metas estabelecidas, dessa forma foi considerado adimplente.

Verifica-se na tabela abaixo os resultados apresentados pelo Distrito Federal em cumprimento às metas estabelecidas no PAF-DF para o período de 2013 a 2016, bem como às projeções atuais para o período de 2017 e 2018.

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF

Evolução das Metas Acordadas no PAF-DF
ACOMPANHAMENTO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL-PAF/DF

META	REALIZADO				PROJEÇÃO	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
META 1 Quota Fiscalização (%)	0,22	0,20	0,20	0,22	0,1	0,1
META 2 Despesa (R\$ mil)	608	2.277	1.472	485	1.108	1.088
META 3 Capacidade Fiscal (%)	11,57%	96,98%	94,93%	99,99%	96%	96%
META 4 Receita (R\$ mil)	13.813	11.405	12.987	15.418	14.854	15.425
META 5 Índice de cumprimento de compromissos (%)	40,12%	43,21%	42,93%	43,10%	43,20%	43,00%
META 6 Receita (R\$ mil)	11,59%	14,53%	15,47%	15,00%	12,92%	13,21%

Fonte: SIOGGO e dados dos servidores da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar nº 8, de 03/12/70, com a finalidade de constituir um fundo para prover o servidor público de um abono anual e saque dos depósitos em seu nome, por motivo de casamento, aquisição de casa própria, aposentadoria ou morte.

Posteriormente, por força do art. 239 da Constituição Federal, o PASEP passou a financiar, também, programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES e o programa de seguro - desemprego.

A Lei nº 9.715, de, 25/11/98 estabeleceu que as pessoas jurídicas de direito público interno, passariam a contribuir para o PIS/PASEP com base no valor mensal das suas receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades públicas, conforme seguintes valores correntes, nos anos 2013 a 2017:

R\$ MILHÕES

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Valores pagos	124,98	134,45	107,24	107,30	127,02

Fonte: SIOGGO

GESTÃO CONTÁBIL

As principais atividades desenvolvidas pelas Unidades da Subsecretaria de Contabilidade, na

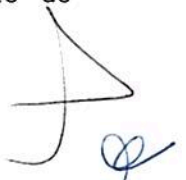
condição de Órgão Central de Contabilidade do Distrito Federal, no exercício de 2017, foram as seguintes:

Coordenação de Tomada de Contas

- Coordenou a organização e efetuou o controle das tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesa, dos agentes recebedores e pagadores da administração direta e dos fundos especiais;
- Coordenou o estabelecimento do nível e perfil de acesso dos servidores do Governo do Distrito Federal ao SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, criado pelo Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, fazendo ainda a atualização do cadastro e o cancelando dos acessos sem movimento;
- Coordenou o exame e o controle dos pedidos de concessão e análise das prestações de contas de suprimento de fundos e das despesas realizadas com cartão de pagamento do Poder Executivo efetuadas pelas unidades gestoras da administração pública distrital;
- Implementou a elaboração das tomadas de contas dos ordenadores de despesas da administração direta em meio virtual, em observância às Normas do TCDF, reduzindo custos com impressão de documentos e agilizando a tramitação dos processos;
- Procedeu análise de concessão e prestação de contas de Suprimento de Fundos;
- Realizou treinamento às Unidades Gestoras da Administração Direta do GDF para orientação sobre concessão, registros e prestação de contas de suprimento de fundos;
- Elaborou Manual Operacional de Suprimento de Fundos e sua disponibilização no site da Secretaria de Fazenda;
- Participação nos trabalhos técnicos no desenvolvimento do Sistema de ROLRESP-WEB;
- Participação nos trabalhos técnicos no desenvolvimento do Módulo de Acompanhamento de Transferência no SIAC/SIGGo;
- Participação nos trabalhos técnicos de correção de funcionalidade do Módulo de Convênio e Instrumentos Congêneres (Transferência Voluntárias) no SIAC/SIGGo.

Coordenação de Procedimentos e de Controle de Sistemas Contábeis

- Promoveu 4 Instruções Técnicas de Procedimentos Contábeis;
- Alterou 4 Equações Contábeis e efetuou 967 alterações no Plano de Contas como medidas para adequar ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;
- Efetuou 210 alterações da Tabela Classificação Orçamentária, mediante a publicação de 2 Instruções Normativas;
- Organização e realização do XI Intercâmbio com os ordenadores de despesas para orientar os gestores acerca dos procedimentos inerentes ao encerramento do



exercício financeiro de 2017;

- Foram efetuadas 1833 alterações na Tabela de Eventos objetivando adequar os procedimentos contábeis às necessidades das Unidades Gestoras;
- Foram desenvolvidos e encaminhados 5 Documentos de Oficialização de Demanda – DODs, sendo que apenas 2 foram concluídos;
- Foram enviados 58 OASIS do SIGGO, sendo desenvolvidos apenas 27, fato que gera morosidade no aperfeiçoamento dos procedimentos contábeis no SIAC/SIGGo;
- Disponibilização de Informações mensais para o Portal da Transparência e o Portal Dados Abertos

Coordenação de Consolidação de Balanço

- Elaboração anual do Balanço Geral e organização do processo de Prestação de Contas Anual do Governador;
- Organização do conjunto de documentos elaborados por diversos órgãos do GDF e que compõem o Balanço Geral encaminhado aos órgãos de Controle Interno e Externo, conforme previsto no inciso XVII, artigo 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal;
- Encaminhamento dos Balanços a diversos órgãos do Governo do Distrito Federal, Governo Federal, Institutos de Pesquisas, sociedade civil entre outros, tem por principais objetivos: disponibilizar informações quanto à gestão dos recursos públicos; prestar contas à sociedade sobre a utilização dos recursos arrecadados pelo GDF;
- Dar transparência às informações do GDF por meio do Sítio da Secretaria de Estado de Fazenda, com a disponibilização dos balanços dos exercícios de 2004 a 2016;
- Elaboração dos demonstrativos consolidados enviados à Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI;
- Análise qualitativa de contas e acompanhamento quanto ao fechamento para fins de consolidação dos demonstrativos contábeis em vários níveis: por Unidade Gestora, Unidade Orçamentária, Tipos de Administração e Consolidação;
- Revisão constante das normas visando atender às exigências legais do Governo Federal e do Governo Distrital, que visam à adoção das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente no que se refere à elaboração dos Balanços na estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Estudos visando à preparação da Matriz de Saldos Contábeis – MSC a ser enviada, mensalmente, à Secretaria do Tesouro Nacional, de forma obrigatória a partir de janeiro de 2018.

Coordenação de Informações Fiscais



- Demonstrativos bimestrais - Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - RREO:
- Demonstrativo Consolidado da Execução da Despesa Por Função e Subfunção;
- Demonstrativo Consolidado da Receita Corrente Líquida;
- Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- Demonstrativo do Resultado Primário;
- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Por Poder e Órgão;
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital;
- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos;
- Demonstrativo das Transferências de União;
- Apuração do limite de aplicação em MDE, MDEF e FUNDEB;
- Demonstrativo das Aplicações em Ações e Serviços de Saúde;
- Demonstrativo Simplificado da Execução Orçamentária;
- Demonstrativo da Execução do Orçamento da Educação, conforme art. 241, § 2º da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF.
- Demonstrativos quadrimestrais – Relatórios de Gestão Fiscal – RGF:
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal – Poder Executivo;
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- Demonstrativo das Operações de Créditos;
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa [anual];
- Demonstrativo da Inscrição dos Restos a Pagar [anual];
- Demonstrativo dos Limites.

Coordenação de Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Direta

- Análise e emissão de 94 pareceres contábeis em processos de ordenador de despesas;
- Análise de 228 processos de apuração de superávit financeiro;
- Análise e conferência de 12 conciliações bancárias do Fundo de Saúde do DF;
- Análise e conferência de 431 conciliações bancárias dos demais Fundos Especiais do DF;
- Análises de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração direta;
- Análise de inventários patrimoniais com vistas ao TCDF.

Coordenação de Orientação, Controle e Análise Contábil da Administração Indireta

- Consolidação de Demonstrações Contábeis para compor a Prestação de Contas Anual do Governador;

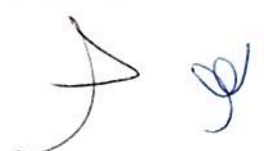
- Análise de processos de apuração de superávit financeiro;
- Análise e conferência de conciliações bancárias dos órgãos da administração indireta;
- Análise de irregularidades contábeis identificadas nos registros contábeis dos órgãos da administração indireta do DF;
- Análise mensal dos Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e das Variações Patrimoniais dos órgãos da administração indireta;
- Análise dos Balancetes das Empresas Não Dependentes (Integra);
- 17 Análises dos Registros de Participações Acionárias do GDF;
- Análise de 17 Integralizações de Capital e Incorporações de Ações das Empresas, cujo capital o GDF tem participação.

Coordenação de Custos Governamentais

- Conciliação a atualização da regra de custos e dos demonstrativos de custos;
- Análise do texto sobre o Sistema de Informações de Custos para inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017;
- Estudos para desenvolvimento de módulo de custos a ser inserido no SIGGo;
- Estudos sobre alternativas para registro da execução física por programa de trabalho para possibilitar a apuração de custos por produtos relacionados aos respectivos programas;
- Elaboração de Relatório para compor as tomadas de contas anuais dos ordenadores de despesas da administração direta e fundos especiais.

Coordenação Geral de Patrimônio

- Análise e registro de 61 processos de Inventários Patrimoniais das Unidades Gestoras;
- Atualização e distribuição, às unidades, do Manual de Administração Patrimonial e do Manual de Composição dos Subitens de Despesa referentes à aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição de imóveis e realização de obras e instalações;
- Cumprimento regular de diligências do TCDF, com emissão de pareceres e ofícios sobre questões relacionadas à administração patrimonial; redistribuição de bens ociosos;
- Demandas de desenvolvimento de novas rotinas e manutenção do Sistema Geral de Patrimônio acompanhamento da operacionalização do sistema pelas Unidades de Administração Geral - UAGs; registro de alteração de estruturas administrativas e dos Agentes Setoriais de Patrimônio, responsáveis pela guarda e uso dos bens móveis e pela administração dos bens imóveis.
- Análise dos Inventários Patrimoniais Anuais de 61 Unidades Administrativas, com



emissão de relatórios (bens móveis/imóveis) e acompanhamento da regularização das pendências;

- Elaboração e encaminhamento as unidades supervisionadas de instruções sobre os procedimentos a serem adotados visando ao encerramento do Exercício.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

As Parcerias Público-Privadas são um importante mecanismo de gestão e de desenvolvimento na busca pela otimização de projetos de interesse público. Esse tipo de articulação com a iniciativa privada permite elevar o patamar de investimentos públicos em serviços oferecidos diretamente à população. Isso afetará de modo direto o desenvolvimento do Distrito Federal e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Assim, como no ano anterior, as PPPs têm sido apontadas como um importante mecanismo de promoção de desenvolvimento do Distrito Federal e, portanto, se inserem de maneira estratégica na agenda da Secretaria de Estado de Fazenda e do Governo como um todo. Abaixo são listadas as realizações da Subsecretaria de PPP's em 2017:

Projetos da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas

Projeto Via Transbrásilia:

Em 09/05/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 001/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para o desenvolvimento, implantação, operação e manutenção da via Transbrásilia e seu complexo urbanístico.

Atualmente o Projeto Via Transbrásilia, encontra-se em fase de análise pelo Escritório de Projetos das Nações Unidas – UNOPS.

Iluminação Pública do Distrito Federal:

Em 06/06/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 002/2016 para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Distrito Federal.

Após análise dos requerimentos, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, autorizou as empresas Arcadis Logos S.A.; Urbeluz Energética S.A. e FM Rodrigues & CIA Ltda; e Tellus Mater Brasil Ltda, mantendo a condição de autorizadas das empresas: EPC Construções S.A; Houer Consultoria e Concessões Ltda; Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A. e Construtora Remo Ltda; e ENGIE Brasil Participações Ltda.

Shopping Popular:

Em 13/06/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou o Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 003/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica do Shopping Popular.

Em 07/11/2016, ocorreu a entrega final dos estudos nesta Subsecretaria e, após análise, em 18/07/2017, foi aberto prazo de 30 (trinta) dias para readequação dos estudos. Para que a concessão ocorra, a Secretaria de Patrimônio da União deve atender o pedido de cessão onerosa da área.

Complexo Esportivo e de Lazer do Guará



Em 27/09/2016, a Secretaria de Estado de Fazenda, por intermédio da Subsecretaria de Parcerias Público-Privadas, publicou o extrato do Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 004/2016, para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Complexo Esportivo e de Lazer do Guará.

O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas autorizou o processo licitatório, conforme Ata publicada no DODF nº 181 de 20 de setembro de 2017.

Atualmente, encontra-se em análise desta Subsecretaria e posterior envio ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Parque da Cidade:

O extrato do Edital de Chamamento Público de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI nº 005/2016 foi publicado no DODF nº 231, em 09/12/2016, com escopo de obter estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek.

A entrega dos estudos foi prorrogada para 04/01/2018, em razão da publicação do Plano de Uso e Ocupação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, por meio do Decreto nº 38.688/2017.

Centro de Convenções Ulysses Guimarães:

Em 20/04/16, instaurou-se o processo de Consulta Pública para divulgação do projeto que visa à concessão que tem por objeto a expansão, reforma, modernização e operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães e áreas adjacentes.

Estima-se que a publicação do Edital de Licitação ocorrerá no 1º semestre de 2018.

Formalização do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016 e, após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano de trabalho foi formalizado e aceito em 13/12/2016, para início da execução do referido acordo.

Do Acordo de Cooperação Técnica Internacional – UNOPS, foram obtidos os seguintes resultados: Workshop de avaliação de projetos; Realização de curso de capacitação em modelagem econômico-financeira; Análise do Projeto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães; Análise e acompanhamento referente ao PMI 001/2016 –Via Transbrásilia.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No exercício 2017, a execução orçamentária e financeira da SUTIC para as ações de Modernização de Sistema de Informação e de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação está detalhada no quadro a seguir.

Registra-se a inexistência de indicadores sob responsabilidade da SUTIC/SEF no âmbito do PPA 2016-2019.

Execução Orçamentária e Financeira - Fonte Tesouro

Em R\$ 1,00

Ação	Nome da Ação	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471	Modernização de Sistema de Informação	2.131.447,00	1.131.447,00	330.847,85	92.649,67
2557	Gestão da Informação dos Sistemas de TI	9.608.000,00	18.065.785,00	16.077.888,71	10.976.632,25
	Total	11.739.447,00	19.257.232,00	16.408.537,56	11.069.281,92

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGG

No exercício 2017, houve uma redução de aproximadamente 25% no orçamento

governamental para as ações de TIC da SEF/DF. Tal fato posicionou as atividades de TIC para a manutenção dos projetos de Fábrica de Software e de Infraestrutura Tecnológica.

Dessa forma, as ações de Modernização de Sistemas de Informação e de Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram pontuadas pela sustentação dos sistemas corporativos (SIGGo – Sistema Integrado de Gestão Governamental, SITAF – Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal, SIGEST – Sistema Integrado de Gestão Tributária etc.) e pelo desenvolvimento de novas aplicações, capazes de oferecer suporte estratégico necessário às ações fazendárias. Além disso, pautou-se pela manutenção dos serviços de infraestrutura tecnológica, com destaque para Infovia, Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade (SIADI), certificação digital, suporte, produção e auditoria de sistemas.

A execução das ações de manutenção dos serviços de TIC (sistemas e infraestrutura) contou com recursos do FUNDAF, no aporte de R\$ 2.010.754, 85 (Dois milhões, dez mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Concernente ao valor empenhado até 31/12/2017.

Paralelamente às atividades de manutenção dos serviços tecnológicos da SEF/DF, as ações relativas à Governança de TIC foram mantidas durante o exercício:

- Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC/SEF-DF: colegiado estratégico, instituído em 2011, com o objetivo de deliberar sobre políticas de investimentos e prioridades relacionadas à TIC/SEF. Neste exercício foram realizadas 03 (três) reuniões com foco no estabelecimento de diretrizes para a atuação da SUTIC/SEF. As Atas do CTIC/SEF-DF estão disponíveis em http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/atas_ctic/atas_ctic.cfm.
- Comitê de Gestão de Mudanças e de Incidentes – COGEM: colegiado de nível tático, instituído em 2016 com o objetivo de avaliar, discutir e aprovar procedimentos de mudança no ambiente tecnológico da SEF/DF. Neste exercício foram realizadas 48 (quarenta e oito) reuniões com foco no estabelecimento de prioridades na execução de projetos de mudança, à luz das diretrizes estratégicas da SEF/DF. As Atas do COGEM estão disponíveis em <http://intranet/area=1586.htm>.

As ações da SUTIC tiveram, ainda, aporte de financiamentos internacionais, firmados entre esta Pasta e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que possibilitaram a realização de investimentos, por meio de projetos de fortalecimento e modernização da Tecnologia da Informação e Comunicação.

Portanto, no exercício 2017 houve a execução do ganho decorrente da variação cambial no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM (Lei autorizativa nº 5.708, de 02 de setembro de 2016), com ações realizadas até setembro/2017.

Além disso, foram executados projetos previstos no Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO, proveniente do Contrato de Empréstimo nº 3040/OC-BR, de 29 de fevereiro de 2016.

Considerando as ações de custeio (realizadas com recursos do Tesouro e do FUNDAF) e de investimentos (realizadas com recursos do PNAFM e do PROFISCO), a execução financeira realizada pela SUTIC no exercício 2017, por fonte de recurso, está apresentada a seguir:

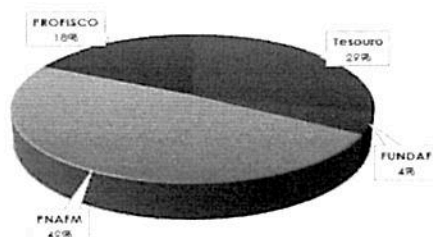


Custeio e Investimentos por Fonte de Recurso

Em R\$ 1,00

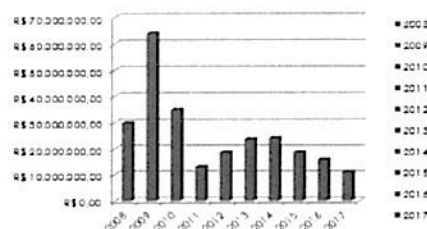
Tesouro	FUNDAF	PNAFM	PROFISCO	Total
11.095.281,92	1.649.431,75	18.505.715,43	6.787.221,70	38.037.650,80

Distribuição do Custeio e Investimentos por Fonte de Recurso



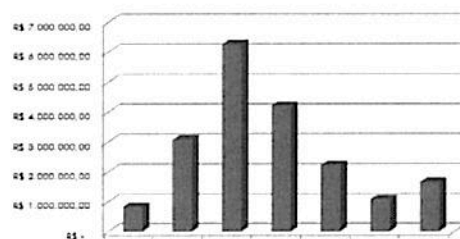
Diante do exposto e considerando o histórico de custeio de TIC da SEF/DF, percebe-se que ao longo de dez anos houve redução de custos, ao tempo em que a área de TIC foi modernizada, revitalizada e fortalecida. O gráfico a seguir demonstra o histórico de despesas de TIC, na fonte de recursos do Tesouro.

Histórico das Despesas de TIC – 2008 a 2017 (Fonte Tesouro)



O histórico de despesas realizadas com recursos do FUNDAF está apresentado a seguir:

Histórico das Despesas de TIC – 2011 a 2017 (Fonte FUNDAF)



Realizações nas fontes Tesouro/FUNDAF

As ações de custeio para sustentar as competências de sistemas e infraestrutura de TI da SEF/DF foram executadas, em sua grande maioria, por meio das fontes Tesouro e FUNDAF.

No entanto, vale evidenciar que há projetos de desenvolvimento de sistemas e de módulos de sistemas em produção que foram realizadas com recursos PROFISCO.

Nesse sentido, o elenco de sistemas e ações de infraestrutura de TI efetivadas neste

[Assinatura manuscrita]

exercício estão apresentadas a seguir:

1. Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos, Financeiros e Contábeis, com destaque para a evolução das aplicações:

- Sistema Geral de Patrimônio – SISGEPAT
- Sistema SIGGo-SEGURANÇA: Em produção
- Sistema de Gestão da Dívida Pública (SIGGo-DPU): Composto por 04 parcelas, com 02 parcelas finalizadas
- Programação Financeira no SIGGo: Compreende 02 módulos (elaboração e execução). O módulo elaboração, composto por 07 parcelas, encontra-se com 04 parcelas finalizadas. O módulo execução não foi iniciado.
- SIGGo-SIAC: Demanda de adequação do número do processo do SIGGO de acordo com o formato utilizado pelo SEI.
- SIGGo-PPA: Compreende 02 módulos (prestação de contas e avaliação). O módulo prestação de contas, composto por 08 parcelas, encontra-se com 07 parcelas em conclusão. O módulo avaliação não foi iniciado.
- SIGGo-Precatórios: Entrega de aplicação à PGDF permitindo Atualização Monetária dos precatórios pela própria Procuradoria não necessitando inclusão de dados feitos pela equipe técnica da SUTIC/SEF.

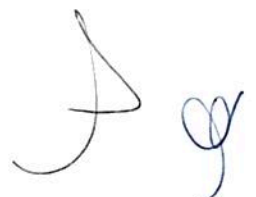
2. Desenvolvimento e Manutenção dos Sistemas Tributários, com destaque para a evolução das seguintes aplicações:

- Sistema SIGEST-CCR: Sorteio do Programa Nota Legal: Adaptação de funcionalidade de sorteio, geração de cupons e apresentação de vencedores;
- Sistema SITAF-PARC: Concluída a criação do parcelamento para atender órgão externos e disponibilizados os lançamentos feitos pela SEF no sistema SISLANCA/LANCDEBITO para serem parcelados nos modos do parcelamento da SEF; alteradas transações que tinham CPF's embutidos em seus códigos, passando para utilização de perfis e demais melhorias na utilização e funcionamento do sistema;
- Sistema Extrator Fiscalização – TELECOM: Atualizações do serviço e melhorias de performance no processamento de arquivos c/ a criação de novo Monitor de acompanhamento do serviço;
- Sistema SIGEST-DEC: Migração do CCC para a versão 2.0 Cadastro Centralizado Contribuintes e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SUTIC INFRA: Migração WS DETRAN para o SOA Oracle; Adequação das páginas do Portal que tiveram o Certificado atualizado e Desenvolvimento de WS com dados de GARANTIA e ORDEM BANCÁRIA do SIGGO para interoperabilidade com sistema de Contratos que a empresa CAESB disponibilizará para o GDF;
- Sistema SGEJUC: Disponibilização de informações (View) a partir de levantamento



de informações no Banco de Dados do SGEJUC para atender demanda judicial e/ou solicitação da PGDF e demais evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema

- Sistema ATENDE-REST: Integração do Sistema Restitui com o SIGAC (Portaria 19/2017_SEF - Solicitação de restituição via SIGAC) e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema AGENCI@NET: Evoluções e ajustes nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SITAF-DAT: Disponibilizada a inscrição em dívida ativa de débitos lançados no SISLANCA e demais evoluções e/ou adequações diversas nas rotinas do sistema;
- Sistema SITAF-IPVA: Desenvolvidas aplicações para concessão automática de benefícios relacionados ao IPVA (via WEB); Alterações na forma de concessão de alguns benefícios (agora, por subcategoria); Desenvolvidas aplicações parametrizadas do lançamento do IPVA p/ facilitar o trabalhos dos Gestores Operacionais e demais ajustes/correções nas funcionalidades do sistema ;
- Sistema SIGEST-DCO: Evolução da estrutura de transmissão do livro os servidores do novo Agenci@net; Inclusão de regras de bloqueio de alterações nos livros retificadores;
- Sistema SIGEST-CFI: Disponibilizado o Pannel de Controle dos Processos de Geração e Baixa de inscrições via RLE e o Pannel Gerencial p/ possibilitar indeferimento de solicitações; e demais atualizações/correções nas funcionalidades do sistema;
- Sistema SITAF-BAIXA: Atualização da rotina de Baixa de pagamento das parcelas para acima de R\$ 100,00 e outros ajustes pontuais no sistema;
- Sistema RITO ESPECIAL: Integração entre o Rito Especial e o SISLANCA e Inclusão da GIAST 3.0, para realização de Rito Especial;
- Sistema SITAF-CERT: Adaptação do sistema para constar o número de lançamento do SISLANCA e demais ajustes/correções para melhorar o seu funcionamento;
- Sistema SITAF-IMOV: Disponibilização da Cobrança adicional do IPTU 2017 devido áreas coletadas pelo Geo-referenciamento; Implementação do novo modelo de guia de quitação do ITBI/ITCD via WEB; Criação da parcela no financeiro dos 5% de desconto do IPTU; Criação do histórico de emissão de 2ª via do IPTU/TLP e outras atualizações no sistema;
- Sistema SINAV: Criação de um ambiente exclusivo de homologação para SITAF, SINAV e SICOP; Implementação da gestão de perfis no SITAF pelos GO's e Migração dos ambientes de desenvolvimento e produção do SITAF para as novas máquinas;
- Sistema SICOP: Desenvolvimento de um novo sistema SICOP para versionamento e implantação de programas em ambientes de homologação, produção e contingências
- Sistema DAR AVULSO: Implementação no SITAF de uma nova sistemática para o DAR Avulso utilizando como índice de atualização o INPC;
- Sistema PAFe: Sistema de Processo Administrativo Fiscal eletrônico, em fase de ajustes para se iniciar a homologação;



- Sistema SIGEST-RPC: Construção de WS que disponibilize informações relacionadas ao pagamento de tributos para os Agentes Arrecadadores (Homologação já aprovada) e demais atualizações/ajustes nas funcionalidades do sistema.

3. Manutenção do projeto de Certificação Digital: Este projeto tem por escopo serviços de certificação integrante da raiz ICP-Brasil, para a criação de Autoridade de Registro (AR) vinculada à Autoridade Certificadora (AC) do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO. Como resultado, a SEF/DF foi instituída Autoridade de Registro (AR), na mesma hierarquia da Receita Federal na ICP-Brasil.

4. Manutenção do projeto de Aferição de Ponto de Função: O projeto de Aferição de Ponto de Função tem por objetivo segregar as funções de execução das atividades de desenvolvimento e manutenção dos sistemas corporativos e de validação da execução dessas atividades. Os resultados gerados por este Projeto estão associados ao direcionamento dos servidores de tecnologia da informação e comunicação às atividades típicas de gestão e controle e à celeridade no controle do atendimento às demandas.

5. Manutenção do projeto de Atendimento aos Usuários – Help Desk: Este projeto, em complemento ao Projeto de Infraestrutura de TIC, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). Com a implantação deste Projeto houve aumento da qualidade do atendimento ao usuário final, bem como redução do tempo de resposta dos chamados técnicos.

6. Manutenção do projeto de Infraestrutura de TIC: Este Projeto, em complemento ao Projeto de Atendimento ao usuário – Help Desk, tem por objetivo segregar os serviços distintos de TIC: atendimento e suporte técnico de 1º e 2º níveis e serviços típicos de infraestrutura de TIC, tais como administração de banco de dados, de redes de comunicação, segurança da informação e suporte a sistemas operacionais e servidores. Tal segregação deu-se em cumprimento às determinações do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisão nº 4983/2010 e Decisão nº 4521/2010). A implantação deste projeto permitiu a manutenção do elevado desempenho e disponibilidade dos sistemas corporativos.

7. Continuidade do projeto de manutenção do Sistema de Infraestrutura de Alta Disponibilidade – SIADI: Este projeto tem por objetivo prover a manutenção da solução SIADI, implantada em 2011, a fim de garantir a efetividade do funcionamento da solução nas unidades da SEF/DF (Sites Primário e Secundário, Agências de Atendimento da Receita e Postos de Fiscalização da Receita). Como resultado, este projeto possibilita a manutenção do ambiente de alta disponibilidade e maior segurança para os dados e informações fazendárias.

Tais realizações permitiram a continuidade da prestação dos serviços fazendários, de maneira a atender com alta disponibilidade, velocidade e segurança às demandas dos usuários internos, de outros órgãos governamentais e dos cidadãos.

Realizações no âmbito do PNAFM

Os projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológica foram realizados, em sua grande maioria, por meio do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM no exercício 2017.

Os investimentos destinados à execução desses projetos totalizaram R\$18.505.715,43 (dezoito milhões, quinhentos e cinco mil e setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos)

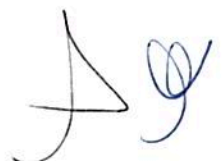
Nesse sentido, os resultados alcançados com a implementação das ações, foram os seguintes:

1. Solução de Replicação entre sites e ferramenta de auditoria de banco de dados



ADABAS: Este projeto propiciou maior segurança nas transações realizadas, melhoria do desempenho e na disponibilização dos sistemas, bem como a possibilidade de implantação de novos serviços que utilizam a plataforma NATURAL/ADABAS.

2. Licença de virtualização de desktop (metaframe/home office) – Citrix ZEN Desktop: O projeto permitiu o acesso remoto aos sistemas fazendários em quaisquer dispositivos sejam computadores, notebooks, tablets ou smartphones, por meio de estrutura segura, confiável e de alta disponibilidade de virtualização de aplicações e desktops. A solução possibilitou economia de recursos e insumos públicos, dinamizando a prestação de serviços da Secretaria, bem como rapidez no atendimento aos contribuintes, dada a facilidade de acesso a qualquer momento dos recursos de TI da SEF/DF.
3. Solução de Publicação na Web, com treinamento e suporte sob demanda - licenças Adobe Cold Fusion: A implementação deste projeto possibilitou a disponibilização de serviços aos contribuintes de forma segura e estável, bem como o desenvolvimento mais rápido, seguro e estável e o melhor aproveitamento dos equipamentos servidores, dispondo os sistemas de ambiente de alta disponibilidade.
4. Plataforma de desenvolvimento de sistemas na linguagem Net da Microsoft - Licenças Visual Studio: Este projeto possibilitou a melhoria no desenvolvimento dos sistemas corporativos com preservação do sigilo fiscal, permitindo o alto desempenho das aplicações e a disponibilização de serviços web de forma segura e estável.
5. Licenças Exchange – Atualização do serviço de mensageria: Os resultados decorrentes da implantação deste projeto foram a atualização e garantia de segurança no serviço de mensageria, bem como o aumento do desempenho da capacidade operacional, além de ter possibilitado a redução dos custos operacionais.
6. Atualização do Sistema Operacional para equipamento servidor X86 – Licenças Windows Server: Este projeto permitiu a atualização e garantia de segurança nos sistemas operacionais dos servidores, com o consequente aumento do desempenho da capacidade operacional.
7. Modernização do serviço de processamento em ambientes Oracle e Adabas – Aquisição de Servidores RISC Oracle: A implementação deste projeto permitiu alta disponibilidade do hardware com Sun Cluster, possibilitando a migração SIGGo e do SITAF para cluster e todas máquinas virtuais existentes no cluster T5 para o cluster M7.
8. Treinamento ITIL e COBIT: Este projeto possibilitou a melhoria do controle dos ativos da SEF/DF, com melhor utilização e distribuição de recursos, o planejamento de mudanças críticas, o reconhecimento, análise e avaliação de investimento em áreas críticas, a medição da qualidade dos serviços prestados através da apresentação de indicadores de desempenho consistentes e padronizados e a



consequente redução do tempo de resposta das solicitações de serviço.

9. Solução de software de automação de processos para o ambiente de backup, unidade de armazenamento de dados (storage) e gavetas de discos para expansão da atual solução de armazenamento de dados: O aumento do desempenho da capacidade operacional, bem como a melhoria na disponibilidade dos sistemas corporativos foram os resultados alcançados com a implementação deste projeto.
10. Migração e otimização de infraestrutura dos sistemas. Redundância das informações via CPD Secundário. Melhoria da segurança institucional: Este conjunto de projetos possibilitou a modernização e fortalecimento da infraestrutura tecnológica da SEF/DF, obtendo resultados em nível de desempenho dos sistemas corporativos, espelhamento de informações fazendárias e de segurança institucional.

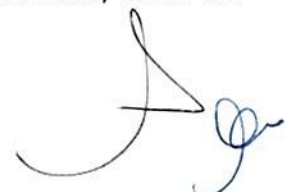
Em que pese o curto espaço de tempo para realização dos projetos previstos no PNAFM (menos de 10 meses de execução, desde o início do planejamento da contratação, passando pelos procedimentos licitatórios, até a implantação da solução), as ações implementadas possibilitaram ganhos reais não apenas para a TIC da SEF/DF, como para os usuários internos e externos, haja vista os investimentos terem sido pontuados na melhoria da infraestrutura tecnológica, segmento que disponibiliza os serviços fazendários.

Realizações no âmbito do PROFISCO

Em prosseguimento aos projetos de modernização, fortalecimento e renovação tecnológica foram realizadas ações com recursos do Programa de Apoio a Gestão dos Fiscos do Brasil – PROFISCO no aporte de R\$ 6.787.221,70 (seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e setenta centavos).

Nesse sentido, os projetos realizados no âmbito do PROFISCO, bem como os resultados alcançados com a implementação das ações, estão detalhadas a seguir:

1. Microcomputadores e dispositivos móveis (tablets): A implementação deste projeto possibilitou o aumento do desempenho da capacidade operacional, por meio da modernização do parque computacional, com a utilização de equipamentos tecnológicos atuais, além do aumento da produtividade;
2. Impressoras e scanners: Por meio do fortalecimento do parque de impressão, este projeto possibilitou a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como contribuiu para evitar quaisquer paralisações nos serviços de impressão;
3. Solução de Atualização da Central Telefônica (switches): Este projeto possibilitou a melhoria da comunicação entre as unidades da SEF/DF, bem como o aumento do desempenho da capacidade operacional, além de contribuir para redução nos custos operacionais;
4. Servidores X86: A implementação do projeto ocasionou economicidade no parque tecnológico do Data Center da SEF/DF, fornecendo um serviço estável e de alta disponibilidade;
5. Unidades de Robô de Backup: Este projeto propiciou a melhoria da estrutura tecnológica, dispondo os sistemas com ambiente de alta disponibilidade, além de



garantir segurança das informações fazendárias;

Os projetos realizados com recursos PROFISCO fazem parte do objetivo maior de "Modernizar a infraestrutura tecnológica, conforme previsto no Planejamento Estratégico da SEF/DF, configurando as ações iniciais do produto final a ser entregue em 2019.

APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL

No presente exercício, foi necessário reduzir contratos em andamento, bem como rever reservas orçamentárias realizadas, e ainda, para evitar o comprometimento de pagamento de contratos de caráter essencial ao funcionamento das atividades desenvolvidas por esta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF, foram solicitados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão suplementações orçamentárias para o atendimento, em especial, dos Programas de Trabalho: 04.122.6003.8517.0051 - Manutenção dos Serviços Administrativos - SEF e 04.126.6203.2557.0007 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia - DF.

No que se refere à execução de sentenças judiciais, foram realizados os repasses ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, para pagamento de Precatórios, obrigação do Governo do Distrito Federal sob responsabilidade e gestão desta Pasta, correspondentes a 1/12 (um doze avos) de 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida - RCL, referentes aos meses de janeiro à novembro de 2017, tendo sido empenhado o mês de dezembro/2017 e, por não haver cota financeira, não foi liquidado no referido exercício de competência. Quanto aos repasses relativos ao Convênio nº 02/2012, no valor mensal de, no mínimo, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para pagamento de Requisição de Pequeno Valor - RPV foram empenhados e pagos até o mês de junho de 2017.

Foram realizados ainda diversos repasses ao Tribunal Regional do Trabalho - TRT 10ª Região, para pagamento de despesas a título de Requisição de Pequenos Valores - RPV, sendo efetuados neste exercício 88 pagamentos.

A ação relativa à Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal refere-se, em sua quase totalidade, à integralização de capital da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, referente às obras de saneamento básico, contratados pelo GDF junto aos órgãos e agentes financeiros da União, conforme Lei. 5.339, de 07/05/2014.

Quanto às restituições de tributos, trata-se de devolução de impostos e taxas pagos indevidamente por contribuintes, tais como IPTU/TLP, ICMS, ISS, entre outros. Durante o exercício foram efetuadas restituições de aproximadamente 354 processos, sendo priorizados idosos, deficientes e portadores de doenças crônicas, bem como embaixadas. Ressalta-se que, não obstante o empenho esta Pasta no sentido de suplementar o Programa de Trabalho para quitação destas despesas, restaram pendentes de pagamento aproximadamente 2.118, importando ao montante de R\$ 13.847.874,69 (treze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Foi efetuado ressarcimento de salários de 03 (três) servidores cedidos de outros órgãos para esta Secretaria, importando o valor anual total de R\$ 453.954,60 (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos). Foram concedidas indenizações de transporte a servidores da SEF, cujo valor total importou em R\$ 11.027.799,34 (onze milhões, vinte e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos).

Conforme informações prestadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, no decorrer do exercício em exame, pugnou-se pela contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada - PCEC, conforme consta do Processo Nº 040.003.895/2016. Além disso, foi publicada a Portaria 214, publicada no DODF, de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de



Fazenda do DF e que se prestarão a custear especialização, mestrado e doutorado aos servidores. A DIGEP, por meio do Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento, também promoveu e acompanhou a execução de diversos cursos, inclusive o SEI.

O Acordo de Cooperação Técnica UNOPS/16/03 foi celebrado em 02/12/2016 e, após a nomeação do Diretor e do Coordenador do projeto, o plano de trabalho foi formalizado e aceito em 13/12/2016, para início da execução do referido acordo. Dado início à execução, foram obtidos os seguintes resultados:

- Workshop de avaliação de projetos;
- Realização de curso de capacitação em modelagem econômico-financeira;
- Análise do Projeto do Centro de Convenções Ulysses Guimarães; Análise e acompanhamento referente ao PMI 001/2016 -Via Transbrásilia.

Em 2017, foi providenciado a execução da 2ª etapa do acordo, transferindo a importância de R\$ 1.086.440,00 (um milhão, oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais).

Conforme informações prestadas pela DIGEP, no decorrer do presente exercício, pugnou-se pela contratação de instituição de ensino especializada para executar as atividades presenciais e à distância de capacitação, formação, treinamento e desenvolvimento dos servidores conforme Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, conforme consta do Processo Nº 040.003.895/2016. Além disso, foi publicada a Portaria 214, publicada no DODF, de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do DF e que se prestarão a custear especialização, mestrado e doutorado aos servidores. A DIGEP, por meio do Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento, também promoveu e acompanhou a execução de diversos cursos, inclusive o SEI.

Programa Reintegra cidadão, que tem por objetivo reintegrar à sociedade pessoas que estiveram ou estão respondendo judicialmente por infringir o Código Penal Brasileiro.

Refere-se ao Contrato nº 08/2016 – SEF, Processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização.

DIRETORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

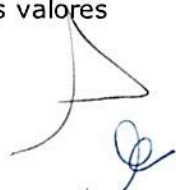
A Diretoria de Contratos e Convênios – DICON/SUAG/SEF monitora diariamente as atividades desenvolvidas pelas gerências e é responsável pela instrução dos processos de contratações, prorrogações, publicações de extratos, ordens de serviços, relativas à contratos e convênios, controle de vencimento de contratos, elaboração de planilha de reajuste, reequilíbrio e repactuação dos contratos, bem como as instruções de Reconhecimento de Dívidas com cobertura contratual, pagamentos de INSS e FGTS, dentre outros.

Em 2017, O Sistema Eletrônico de Informações – SEI foi implementado na Subsecretaria de Administração Geral/SEF e paulatinamente foi sendo utilizado pelos servidores diminuindo consideravelmente a tramitação de processos.

No decorrer do exercício, houve um esforço considerável desta Pasta para utilização dos recursos oriundos do PNAFM - Fase II (Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, no qual resultou satisfatório do ponto de vista estratégico da SEF. Paralelamente, utilizou-se, recursos do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO - e Projeto de Desenvolvimento Fazendário – PRODEFAZ.

GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

No exercício de 2017, foram celebrados 84 (oitenta e quatro) novos contratos e 04 (quatro) novos Termos de Cessão de Uso. Considerando, também, instrumentos celebrados em anos anteriores, bem como aqueles que tiveram seu prazo de vigência prorrogado. Atualmente, a SEF/DF tem o montante de 116 (cento e dezesseis) contratos, 05 (cinco) convênios, 15 (quinze) termos de cessão de uso e 12 (doze) termos de cooperação técnica, cujos valores



executados foram da seguinte forma: Tesouro (fontes 100,101,109, 335 e 336) total de R\$ 136.791.923,53; FUNDAF (fonte 152) montante de R\$ 807.760,00; PROFISCO (fonte 136) total R\$ de 9.208.921,29 e PNAFM (fonte 135) valor de R\$ 26.593.807,40.

Nesse sentido, as aquisições realizadas pela SEF/DF no exercício 2017, por meio de licitação, dispensa, inexigibilidade, pregão, ata de registro de preços está apresentada a seguir:



DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL

GERÊNCIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Fatos em destaque ocorridos durante a gestão da GS

- Situação: Catracas de acesso eletrônico ao Ed. Vale do Rio Doce defeituosas;
- Solução: Pregão Eletrônico foi realizado para a contratação de empresa habilitada a fornecer e substituir as catracas de acesso existentes no VRD e a prestar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das mesmas, sendo a vencedora a empresa TELEMÁTICA SISTEMAS INTELIGENTES LTDA, cabendo a esta Gerência o acompanhamento de aspectos técnicos relativos aos critérios exigíveis na contratação, especialmente em relação ao perfil das empresas participantes do certame bem como às especificações de uso dos equipamentos e do sistema informatizado pertinente à solução. A contratação foi precedida de estudo técnico, em conjunto com a GEENG/DIAOP/SUAG, que apontou para mudar o atual posicionamento das catracas na recepção do edifício Vale do Rio Doce;
- Situação: Equipamentos de CFTV ultrapassados e faltantes em diversos pontos que demandam maior segurança de monitoramento;
- Solução: Modernização e ampliação das estruturas de CFTV por meio da elaboração do Termo de Referência e demais artefatos exigíveis com base na IN n.º 2/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos e softwares pertinentes ao sistema;
- Situação: Dificuldade de servidores e colaboradores terceirizados para confeccionar crachás de uso no âmbito da SEF;
- Solução: Cadastramento e confecção de crachás do público interno para acesso às dependências da SEF.

GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS

O Contrato nº 08/2016, firmado entre a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

e a Fundação ao Amparo ao Preso - FUNAP, processo nº 040.000.614/2016, que tem por objeto a prestação de mão de obra, por meio de reeducandos em busca de ressocialização, até o momento executamos pelo Contrato R\$ 417.760,56 (quatrocentos e dezessete mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos).

Atualmente, a SEF dispõe de 19 (dezenove) reeducandos prestando serviços em algumas dependências desta Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS/SUAG/SE

Capacitação/desenvolvimento de Recursos Humanos

O Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento//DIGEP/SUAG/SEF, em cumprimento ao Plano de Capacitação e Educação Continuada – PCEC, promoveu em parcerias as Instituições de Ensino, a capacitação de 1.005 servidores, conforme tabela abaixo:

INSTITUIÇÃO PROMOTORA	NÚMERO DE SERVIDORES
Escola de Governo - EGOV	126
ENAP - Curso do SEI	44
Esaf Digital	07
SEF-DF	
• Ciclo de Palestras do TAPF	310
• II Ciclo anual da ODAT	451
• Curso de Cerimonial	13
• Cursos Outreados pela SEF em outras instituições	11
Total de servidores capacitados	1005

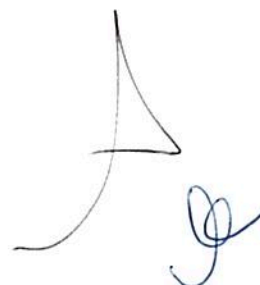
Além disso, foi editada a Portaria 214, publicada no DODF de 19 de outubro de 2017, constando normas relativas ao Plano de Formação Pós-Graduada, aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais é um órgão colegiado, paritário, integrado por 14 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, sendo 07 representantes do Distrito Federal, integrantes da Carreira Auditoria Tributária e 07 representantes dos contribuintes, indicadas por entidades representativas da sociedade organizada. Mister destacar que as informações foram consolidadas até 15/12/2017.

RECURSOS REGISTRADOS	
Recurso Voluntário	568
Reexame Necessário	62
Recurso Extraordinário	42
Reexame Necessário ao Pleno	1
Recurso Contra a Decisão do Presidente	2
Embargos de Declaração	32
Pedido de Avocação	-
Recurso de Jurisdição Voluntária	147
TOTAL	854

Os processos para julgamento totalizaram 985 (novecentos e oitenta e cinco reais), entre os quais foram julgados 716 (setecentos) em 2017, descritos por espécie de recurso, a saber:



RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE	
Recurso Voluntário	375
Reexame Necessário	117
Recurso Extraordinário	25
Reexame Necessário ao Pleno	6
Recurso Contra a Decisão do Presidente	3
Embargos de Declaração	30
Pedido de Avocação	0
Recurso de Jurisdição Voluntária	160
TOTAL	716

Nesse sentido, mister destacar que dos julgamento resultaram nas seguintes decisões no ano de 2017, conforme demonstrado a seguir:

DECISÕES	
NEGADO PROVIMENTO	530
DADO PROVIMENTO	91
FEITO ANULADO	4
PROVIMENTO PARCIAL	29
NÃO CONHECIDO O RECURSO E EMBARGOS	58
DECISÃO DE PRIMEIRA INST. ANULADA	3
DECISÃO CAMERAL ANULADA	1
RECURSO PREJUDICADO	0
TOTAL	716

Dessas decisões foram publicados 645 acórdãos em 2017, conforme abaixo:

ACÓRDÃOS PUBLICADOS	
1ª CÂMARA	210
2ª CÂMARA	230
PLENO	205
TOTAL	645

REFAZ

Representação do Distrito Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS - REFAZ é uma estrutura organizacional que visa, dentre outras atribuições, assistir e assessorar o Secretário de Estado de Fazenda nos assuntos de competência do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; representar o Distrito Federal na COTEPE/ICMS; assessorar o Secretário de Fazenda nas questões tributárias nacionais junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo Federal.

- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas reuniões do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ - em 4 (quatro) Reuniões Ordinárias (164ª a 167ª) e 24 (vinte e quatro) Reuniões Extraordinárias (271ª a 294ª);
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda ou seu representante nas 5 (cinco) Assembleias da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF;
- Participação em reuniões da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - para apreciação e discussões de propostas de convênios, protocolos, ajustes e atos COTEPE/ICMS em 4 (quatro) reuniões ordinárias (167ª a 170ª) e 17 (dezessete)

reuniões extraordinárias (263ª a 279ª);

- Participação nas reuniões da Câmara Técnica Permanente da ABRASF;
- Assessoramento ao Secretário de Fazenda no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e na Câmara Distrital.
- Como resultado das reuniões ocorridas, no âmbito do CONFAZ, foram celebrados e publicados os seguintes atos: 234 Convênios ICMS, 54 Protocolos ICMS e 25 Ajustes SINIEF.
-

OUVIDORIA FAZENDÁRIA

Atualmente são disponibilizados ao cidadão/contribuinte os seguintes canais de atendimento: Atendimento Virtual - Portal SEF – SIGAC (www.fazenda.df.gov.br), OUV-DF – Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal (www.ouv.df.gov.br) e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC (www.e-sic.df.gov.br/sistema/site/Default.aspx). Além dos serviços eletrônicos é oferecido atendimento presencial e pelo telefone desta Ouvidoria Fazendária; e também pelas centrais de atendimento 156, opção 3 e 162; que são gerenciadas pela Agência de Atendimento Remoto/COATE/SUREC/SEF-DF e Ouvidoria Geral do DF, respectivamente. Acrescentando que o contato também poderá ser feito via carta/correspondência.

Em relação às metas previstas para o exercício, foram realizadas revisões técnicas no Sistema de Gestão de Atendimento ao Contribuinte – SIGAC e no Sistema de Ouvidoria do Distrito Federal, agregando serviços e funcionalidades.

A Controladoria Geral do Distrito Federal por meio do Decreto n.º 36.419/2015, de 25.03.2015, instituiu a Carta de Serviços ao Cidadão, instrumento elaborado por servidores indicados da área de Planejamento, Ouvidoria, Comunicação e Atendimento. A Ouvidoria Fazendária, em conjunto com as demais áreas, no ano de 2017, deu continuidade ao Projeto da Carta de Serviços.

A seguir, apresentamos os dados quantitativos de atendimento desta Ouvidoria, cujos dados apurados se referem ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro/2017, totalizando 4.495 registros:

Quantitativo de demandas

ANO	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	Sistema
2017	267	295	267	262	259	182	291	250	154	260	148	107	2.502	SIGAC
2017	20	11	9	26	23	19	29	20	18	19	27	16	227	e-SIC
2017	233	128	124	84	134	170	114	129	146	141	88	154	1.655	OUV-DF
2017	2	2	2	2	7	12	10	5	1	2	10	47	100	Email
2017		1											1	Carta
2017													0	Telefona
Total													4.495	

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Dentre os Procedimentos instaurados estão PAD's, Sindicâncias, Instruções Prévia e outros, totalizando 112 em 2017.

Em 2017, considerando apenas Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD's), 3 procedimentos desta espécie foram instaurados.

Foi aplicada uma punição administrativa na Secretaria de Estado de Fazenda no ano de 2017.

Foram efetivadas 110 ações administrativas visando a celeridade na condução dos procedimentos instaurados.

No exercício de 2017, realizaram-se ações visando o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da esfera disciplinar.

Nesse sentido, em meados desse exercício, foi implementada a apuração processual pelo SEI, sendo que atualmente 100% (cem por cento) das apurações de responsabilidade estão sendo realizadas pelo referido sistema.

No que se refere às ações ligadas ao treinamento e capacitação na Unidade de Corregedoria Fazendária, destacamos a participação em diversos eventos.

Com o intuito de otimizar os resultados mediante ações preventivas junto aos servidores em geral, esta Unidade ministrou diversas palestras nas Unidades Administrativas da Subsecretaria da Receita e também na Secretaria de Saúde, levando informações relevantes a todos, no que diz respeito aos direitos e deveres de cada um independentemente da posição que ocupa, seja na condição de chefe ou não, bem como a forma de operacionalizar representações pelo SEI.

Nesse programa foram realizadas as seguintes palestras e treinamentos:

- No mês 07/2017 – 01 (uma) palestra do Corregedor Fazendário Agostinho na Corregedoria de Saúde quanto aos procedimentos administrativos disciplinares na plataforma do SEI;
- No mês 08/2017 – 08 (oito) dias de treinamento de 08 Comissões Permanentes da Corregedoria da Saúde, quanto a utilização do fluxo disciplinar na plataforma do SEI, pelo servidor João Marcos;
- No mês 11/2017 – os Instrutores Astrogildo Regis e João Marcos ministraram 07 (sete) dias de palestras quanto ao papel da UCF no âmbito da SEF quanto as competências e sua aplicação na plataforma do SEI, para os servidores das Agências de Atendimento da Receita/COATE.

CONTROLE INTERNO

As atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno – UCI/SEF foram distribuídas em áreas temáticas, a saber: orçamentária, contábil e financeira, suprimentos de bens e serviços, licitações, contratos, convênios, almoxarifado, patrimonial, bens apreendidos, recursos humanos, prestação de contas da Gestão, acompanhamento de auditorias da Controladoria Geral e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, elaboração de Planos de Atividades e Relatórios, assessoramento e orientações.

Quanto às decisões que tratam de encerramento de Tomada de Contas Anual cujo processo é de código 040, além do encaminhamento para a SUCON/SEF, elaboramos despacho para o órgão de origem da TCA, conforme dispõe art. 3º do Decreto nº 32.074/2010 c/c Decreto nº 32.598/2010, alterado pelo Decreto nº 33.261/2011 que estabelece que as prestações de contas consideradas regular sejam arquivadas no órgão de origem sob a responsabilidade do ordenador de despesas, totalizando 60 processos.

A seguir, o quantitativo de decisões do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por trimestre, que tiveram apreciação desta Unidade de Controle Interno/SEF:



Órgão responsável por atender à informação solicitada	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Subtotal
AAEFF	-	-	1	-	1
SUCON	24	21	37	25	108
DIGEP	11	7	10	4	32
SUAG	1	1	-	3	5
SUTES	1	4	1	3	9
UCI - Acompanhar e coordenar resposta institucional	17	13	12	12	54
Total de Decisões	54	46	61	45	206

Logo, a Unidade de Controle Interno, no cumprimento das tarefas constantes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAACI/2017, efetuou o acompanhamento dos dados do Sistema de Gestão Governamental - SIGGO e do Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH, procedeu a verificações em registros funcionais, análise de processos referentes às diversas áreas internas e às demais atividades que competem à Secretaria de Estado de Fazenda, visitas e inspeções em vários setores do órgão, reuniões com executores de contratos e convênios, instruções prévias para verificação de indícios de existência de prejuízo e outros, além do atendimento a demandas extras, oriundas, em sua maioria, da Corregedoria Geral do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVA

Considerando as análises, manifestações e preparação de minutas, foram realizadas as seguintes atividades a seguir: Expedientes/Processos que tramitaram pela AJL/SEF, Informações em mandado de segurança, pareceres, despachos e notas técnicas. Demandas acompanhadas junto à PGDF, consultas jurídicas, demandas acompanhadas junto à CLDF (proposições legislativas de interesse da SEF), minuta de anteprojeto de lei/elaborados (Incluiu a Homologação de Convênios CONFAZ), propostas de Decreto elaborados (minuta)/examinados, minutas de Portaria elaboradas/examinadas. O volume de informações em mandados de segurança foi, sensivelmente, reduzido, a partir de 2014, em função da revogação do Decreto nº 32.933/2011 e da denúncia ao Protocolo ICMS nº 21/2011, que servia de fundamento para parte significativa das demandas intentadas contra ato do Secretário de Estado de Fazenda. O número de demandas concluídas, inclui as que alcançaram seu objetivo, as prejudicadas e as arquivadas.

Foram acompanhadas junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF os seguintes quantitativos de demandas até 14/12/2017:

ÓRGÃO	QUANTITATIVO POR EXERCÍCIO						
	2013	2014	2015	2016	2017 (1)		
					Demandas (A)	Concluídas (B/C)	% Conclusão (B/A)
CLDF	25	13	51	55	16	9	56,25%

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Obedecendo às competências estabelecidas regimentalmente, esta Assessoria realizou mais de 800 atendimentos diretos e indiretos à imprensa local e nacional.

O volume de informações transmitido aos jornais, revistas, portais de notícias, emissoras de rádio e televisão resultaram em mais de 900 matérias veiculadas de forma orgânica.

Ao longo do ano, também foram registradas pouca crises de imagem da instituição, valendo

destacar como os temas de maior repercussão negativa a cobrança do adicional de IPTU 2017 pela área construída; a publicação da Ordem de Serviço Nº 28/2017 – que extinguiu os plantões fiscais de 24h; a proposta de correção do IPTU 2018 estimada em 3,68%; a publicação de notícias difamatórias no blog Brasília de Fato e, recentemente, o episódio da suposta cobrança de IPTU sobre a casinha de boneca de uma contribuinte de Sobradinho.

Em termos de ações que repercutiram em mídia positiva, reforçando a imagem da Secretaria, estiveram os lançamentos do programa Nota Legal Sorteio e Nota Saúde Legal. Outro destaque vai para as inserções de notícia para os públicos interno e externo no Whatsapp.

O núcleo de Eventos da Assessoria de Comunicação Social, da Secretaria de Fazenda realizou, efetivamente, realizou 39 dos cerca de 50 eventos planejados para o exercício. Esse foi o primeiro ano em que oficialmente foi desenvolvido na SEF/DF um programa sistemático de eventos planejados, com objetivos gerais e específicos relacionados tanto ao Planejamento Estratégico da SEF/DF quanto em situações específicas de capacitação e, ou, valorização do servidor.

O destaque vai para a realização, pela primeira vez na Secretaria, do 60º Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários – ENCAT. Com orçamento próximo a R\$ 90 mil o encontro reuniu mais de 150 participantes ao longo dos quatro dias de duração, além de envolver mais de 100 pessoas na organização, direta ou indiretamente, desde a fase de planejamento, captação de patrocínio, execução e prestação de contas.

Em termos quantitativos, foram produzidas cerca de 90 notícias próprias para o portal SEF/; aproximadamente, 115 notícias próprias para a Intranet; 96 comunicados internos veiculados pela lista geral de distribuição de e-mails, mais as matérias postadas no site.

Nas redes sociais a preferência foi aperfeiçoar as ações no Facebook, por meio da Fanpage da Secretaria. No total, foram produzidas 170 postagens próprias (publicadas com imagens e textos autorais) sem contar os compartilhamentos e republicações do Governo de Brasília e de outros órgãos.

Em termos de interações com os usuários, houve 215 mensagens respondidas individualmente. A página iniciou 2017 com cerca de 5.437 seguidores e terminará o ano com 5.928. Pelas estatísticas do Facebook Insights foram 493 novas curtidas na página (usuários) contra 37 perdas.

Foram elaboradas campanhas de utilidade pública dos calendários de pagamento do IPTU/IPVA.

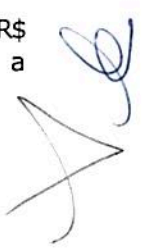
Em 2017 foi iniciado o processo de atualização do portal SEF/DF com leiaute desenvolvido e aprovado pela Secretaria de Comunicação do Governo de Brasília. A mudança foi solicitada oficialmente pelo Documento de Oficialização de Demanda – DOD 28/2017.

Foram criados para ações específicas as páginas promocionais do evento 60º ENCAT e do Nota Legal Sorteio.

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

No ano de 2017, a AGEP desenvolveu as atividades abaixo, além de suas atividades rotineiras:

1. Encerramento da execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM II (CTR Nº 358.792-II de 3/06/2011) no valor de R\$ 32.647.147,78, com 100 % de execução;
2. Captação da variação cambial do PNAFM oriunda do Nº 358.792-II acima, no valor de R\$ 34.018.290,70 (CTR nº 0478.430-02/2016 de 29/12/2016), envolvendo a SEF, a SEPLAG/DF e PGDF, conforme descrito abaixo:



PROGRAMA	VALOR PREVISTO (R\$)
Parque tecnológico modernizado e/ou ampliado	28.455.515,08
Fiscalização modernizada	-
Programa de capacitação implantado e/ou modernizado	100.084,53
Unidades municipais modernizadas	1.933.515,96
TOTAL	30.559.515,57
TOTAL DO CONTRATO	R\$ 34.018.290,70

Fonte: CTR nº 3413/OC-2016 de 29/12/2016 a 06/12/2017

3. Execução e encerramento variação cambial do PNAFM, com 100% de execução;

4. Celebração do primeiro ano do Planejamento Estratégico Institucional da SEF (2016/2018), com evento de avaliação, do qual participaram as Coordenações e Diretorias da SEF;

5. Consolidação da implantação do escritório de projetos corporativo, atualmente com trinta e três projetos estratégicos, como por exemplo, simplificação de obrigações tributárias, implantação do SIGGO WEB, mineração de dados da nota fiscal eletrônica, fiscalização de mercadorias em trânsito por meio de OCR's, Atualização do Cadastro Imobiliário do DF (IPTU), portal de serviços eletrônicos ao contribuinte;

6. Potencialização da representatividade do DF perante outros fóruns fiscais, sediando reuniões da COGEF – comissão de gestão fazendária do DF, reuniões técnicas, e ainda, a primeira reunião do Encontro de Administradores Tributários no DF (ENCAT) nesse ano de 2017;

7. Concluído o primeiro desembolso do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO/PRODEFAZ (CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016), no valor de US\$ 1.658.547,58;

8. A liberação do segundo pedido de desembolso do PROFISCO foi no valor de US\$ 2.135.417,57. Nesse sentido, mister destacar a situação atual de execução do PROFISCO por componente, a saber:

COMPONENTE	VALOR PREVISTO (US\$)
Administração do projeto	458.000,00
Integração da gestão fiscal	2.157.000,00
Administração tributária e do contencioso fiscal	13.454.000,00
Administração financeira, patrimonial e controle interno da gestão fiscal	5.870.000,00
Gestão dos recursos corporativos	13.842,00
Sem alocação específica	859.000,00
TOTAL DO CONTRATO	US\$ 35.748.842,00

Fonte: CTR nº 3040/OC-BR de 29/02/2016 a 28/02/2017

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

Como já referido em diagnósticos anteriores, as Administrações Fazendárias brasileiras têm sido cada vez mais compelidas a modernizar seus processos e tecnologias, tornando-os mais colaborativos e interativos com o contribuinte, sempre respeitado o equilíbrio fiscal público.

Com esse enorme desafio, diversas ações concretas foram desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal em 2017 e várias outras ainda virão, de maneira estruturada, contempladas no Planejamento Estratégico SEF 2016/2018, e aderente ao modelo de gestão do governo atual.

No que se refere ao tema Receita, 2017 cumpriu as programações planejadas e a conjuntura econômica parou de apresentar queda, começando a dar sinais de recuperação.

O aprimoramento da cobrança administrativa segue produzindo bons resultados. Contratações de produtos e serviços foram realizadas e agora serão aplicados processos que ajudam o contribuinte a evitar atrasos no cumprimento de seus deveres. Também será possível concretizar a plataforma de mineração dos dados da substituição tributária, que irá calcular e facilitar o pagamento dessa modalidade de recolhimento, com potencial de incremento real já demonstrado, sem necessidade de aumento de alíquota.

No tocante à Despesa, embora o cenário atual esteja em melhores condições que nos anos anteriores, resultados de ações de incremento de receita, não mais ferindo o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda é necessário um controle acurado dos gastos, pois o aumento de receita depende de ações concretas e projetos de modernização, enquanto a despesa, ao contrário, cresce inercialmente.

Esse fato continuará exigindo do Governo de Brasília uma postura austera para que não se iguale às unidades da federação insolventes, com salários de servidores parcelados e outros problemas do gênero.

Com o intuito de buscar a redução de despesas e o aumento de receita e uma prestação de melhores serviços à comunidade, o Governo Distrital houve por bem designar à SEF a responsabilidade pela condução dos processos de parcerias público-privadas e, nesse sentido, a expectativa é que, em 2018, ao menos três projetos sejam concretizados.

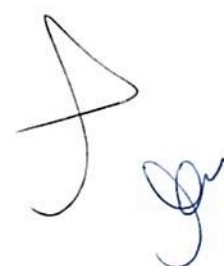
Retomando o tema do fisco colaborativo, quanto ao atendimento ao contribuinte, a ideia de futuro de que as pessoas não necessitem comparecer à SEF para ter suas demandas atendidas já começa a apresentar resultados, com redução do atendimento presencial em 23%, mesmo tendo aumentado os serviços fazendários disponíveis.

Além disso, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI já é um case de sucesso na Secretaria de Fazenda, com praticamente 100% dos processos da área meio em formato eletrônico, caminho que vem sendo seguido pelos processos da área finalística também. A inclusão de todos os processos nessa plataforma um marco de agilidade e eficiência às atividades rotineiras e a eliminação dos processos físicos.

Na área de gestão de pessoas, como sabido, os gestores das áreas, em sua maioria, têm alegado como uma das maiores dificuldades o reduzido número de servidores.

O primeiro viés de ação, desde 2017, visa a capacitar o quadro de pessoal existente às necessidades atuais. A área de gestão de pessoas já iniciou o primeiro processo seletivo para bolsas de mestrado e pós-graduação. Para 2018, além das ações de capacitação, haverá novo concurso para auditores fiscais do Distrito Federal, cujo processo também já está em curso.

Finalmente, o cenário aqui exposto define os desafios para 2018: continuar o processo de conscientização dos servidores da necessidade de executar os projetos operacionais e estratégicos para que produzam seus efeitos; melhorar os serviços, reduzir a burocracia, simplificar as obrigações e incrementar a arrecadação, de acordo com as diretrizes já referidas.



Identificação dos Responsáveis

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: WILSON JOSÉ DE PAULA

Telefone: (00)3312-2811 e-mail de contato: wpaula@fazenda.df.gov.br

Assinatura:



RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: MARIA RAQUEL DE A LMEIDA ZEFERINO

Telefone: 3312-5180 e-mail de contato: mrazeferino@fazenda.df.gov.br

Assinatura:



RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: DEA DE VASCONCELOS MONTEIRO

Telefone: (61)99551-1617 e-mail de contato: dvmonteiro@fazenda.df.gov.br

Assinatura:

